

O Livro do PTCD foi feito para entrar na história.

Dentro de algumas décadas, quando o mundo reconhecer o valor do Parque Tecnológico Capital

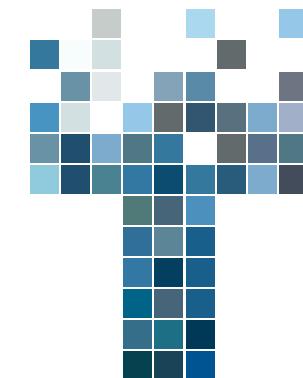
Digital, haverá essa publicação perene, documentando o papel de muitos protagonistas da luta e do sonho.

Devemos esperar que este seja o primeiro volume do Livro do PTCD, um projeto que, ao longo das décadas, certamente despertará muitos outros registros históricos.

Brasília segue no seu papel de abrir novas fronteiras.



PARQUE TECNOLÓGICO **CAPITAL DIGITAL**

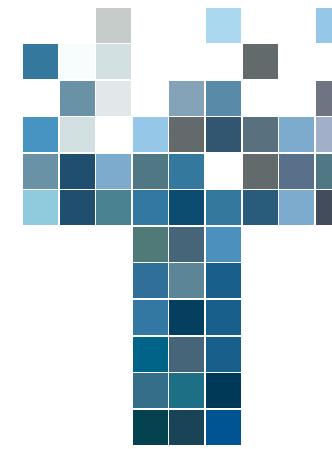


PARQUE TECNOLÓGICO
CAPITAL DIGITAL





SINFOR – Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal



PARQUE TECNOLÓGICO
CAPITAL DIGITAL

Brasília-DF
2015

ÍNDICE

Palavra do Presidente Ricardo Caldas	6
Linha do tempo do PTCD	18
Lúcio Costa	21
Jeovani Salomão	22
Humberto Luiz Ribeiro - início de uma luta	26
Jamal Bittar	32
Lourival Dantas e Antônio Rocha	33
Governador Rodrigo Rollemberg	35
Alexandre Navarro	36
Joe Valle	40
Suely Maria da Silva	42
Celina Leão e Cristiano Araújo	43
Juscelino Kubitschek	45
Izalci Lucas	46
Roberto Spolidoro	48
Francisco Palhares	51
José Carlos Moreira De Luca	52
José Pereira	54
Adriano Amaral	56
Claynor Mazzarolo	58
Adelmir Santana	60
Cláudio Chauke	61
Ricardo Puttini	63
Luís Bermudez	64
Termo de Referência para criar o PTCD	68
Datacenter BB-Caixa	77
Legislação do PTCD	89
Proposta do Sinfor ao GDF	106



Capital Digital, o sonho do Sinfor e de Brasília

O Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD) é um sonho que se tornará realidade. Todos os fatos recentes levam a isso, ainda mais com o protagonismo exercido desde o início do século pelo SINFOR – Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal.

Este livro mostra o que já foi feito, em centenas de reuniões, dezenas de estudos e muitos passos dados em direção a um monumental Parque Tecnológico em Brasília, uma cidade surpreendente, em que a Torre Digital vem assinada pelo genial Oscar Niemeyer.

Nossos principais parceiros são a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) e o Governo do Distrito Federal, com a participação sempre presente da empresa estatal Terracap.

Forças diversas da sociedade se unem para que, ainda nesta década, o Parque Capital Digital esteja abrigando empresas de Tecnologia da Informação de níveis diversos. Toda esta luta fica registrada no Livro do PTCD, que o SINFOR dá de presente a Brasília em novembro de 2015.



Palavra do Presidente

Parque Tecnológico Capital Digital, a história de um ideal

Ricardo de Figueiredo Caldas
Presidente do Sinfor

Este Livro conta a história de um sonho. Sonho do setor de Tecnologia da Informação (TI) do Distrito Federal, representado pelo SINFOR: a construção do Parque Tecnológico Capital Digital - PTCD.

Vem de longa data o desejo de definir, criar e construir uma área onde poderão se localizar todas as empresas de TI do DF. Esse processo tem como protagonista máximo, durante cerca de 15 anos, o Sindicato das Indústrias da Informação (SINFOR), filiado à Federação das Indústrias do Distrito Federal – Fibra.

No SINFOR, sindicato fundado no ano de 1988, desde o início tivemos como projeto para o setor a criação de uma área onde todas as empresas de Tecnologia da Informação (hardware, software e prestação de serviços de TI) possam se localizar como um aglomerado produtivo.

Este desejo adveio do fato de que o setor de TI possui empresas cujas atividades são complementares e não são, necessariamente, concorrentes.

Muitas empresas produzem os seus equipamentos, seus softwares e os seus serviços de maneira singular. Estes produtos, em geral, são complementares aos de outras empresas de TI.

Se essas empresas estiverem próximas umas das outras, haverá o benefício da sinergia entre elas, inclusive pelo simples relacionamento dos seus funcionários, na convivência diária, em encontros e na discussão de projetos em comum.

Trata-se de um fenômeno característico do setor. Na TI, inovação, networking, relação de trabalho e a relação social entre profissionais de empresas diferentes são importantes na concepção de novos produtos e novos processos.

Trata-se de uma interação necessária, como fenômeno que acontece em vários locais do mundo. Em muitos países e muitas cidades, esse “locus” é batizado como parque tecnológico.





Em 2002, Roriz levou à Fibra, para debater o PTCD, todo seu primeiro escalão, inclusive o futuro governador José Roberto Arruda

VALE DO SILÍCIO, A REFERÊNCIA

Vários são os exemplos de parques tecnológicos em países europeus, asiáticos e americanos, sendo o maior deles, e mais conhecido, o Vale do Silício, nos Estados Unidos.

Com a vontade de reproduzir esse ambiente de sinergia aqui no Distrito Federal, os empresários participantes do nosso Sindicato sempre sonharam construir uma área que juntasse as empresas de Tecnologia da Informação para coabitarem integradas.

A vontade era tão precoce, que os primeiros resultados já aconteceram três anos depois da fundação do SINFOR. Já em 1991, o primeiro presidente, Vilmondes Gomes da Silva, e sua Diretoria fizeram gestões junto ao Governo do Distrito Federal para que fosse criado um polo de tecnologia em Brasília.

Sensibilizamos o GDF com esse intuito. Naquele ano, lançou-se a pedra fundamental de um polo de alta tecnologia, inicialmente localizado no SAAN - Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte.

Na ocasião, percebemos que aquela área seria destinada a outros setores econômicos, o que descharacterizaria o objetivo de construir um polo com vocação específica. Decidimos abandonar a pedra no SAAN e partimos em busca de outra área.

Logo a encontramos na região do Núcleo Bandeirante, na época relativamente degradada por algumas ocupações, vizinha do Setor de Motéis. O novo polo foi batizado como SIBS - Setor Industrial Bernardo Sayão.

Em 1992, o governador Joaquim Roriz, com demais autoridades e com o presidente do SINFOR, Vilmondes, lançou a pedra fundamental do então Polo de Alta Tecnologia do Distrito Federal, chamado de Setor Industrial Bernardo Sayão, ainda hoje existente.

O GDF criou incentivos, animando os empresários do setor de TI para ocupar esse novo ambiente. Muitas empresas iniciaram seus projetos naquela região. Várias marcas de Tecnologia da Informação estabeleceram-se por lá, ao longo do tempo, como Novadata, STD, Call, Wise, Telemikro, Transoft, Proineg, Rox, Softway, Sitran, Maxtera e CDS, entre tantas outras.

Na primeira década do Setor Bernardo Sayão, lamentavelmente, sua destinação sofreu modificações. Nova legislação do DF permitiu que outros setores econômicos lá se estabelecessem, descaracterizando o ambiente, que foi inicialmente projetado para ser um polo de alta tecnologia, e que deveria abrigar apenas empresas de Tecnologia da Informação.

CAPITAL DIGITAL IMAGINADO EM 2001

Em 2001, aconteceu um evento importante para a concepção do Parque Tecnológico Capital Digital, que foi a festa de inauguração da Wise Telecomunicações, empresa da Suely Silva, filiada ao SINFOR.

Nessa solenidade, no Bernardo Sayão, entre autoridades do Governo do Distrito Federal e empresariais, estava presente o recém-empossado presidente do SINFOR, Antônio Fábio Ribeiro. Ele fez um belíssimo discurso, destacando a importância das empresas de TI para o Distrito Federal.

Nessa época, ocupei o cargo de primeiro vice-presidente do SINFOR. Ao final do evento na Wise, conversei com o presidente Antônio Fábio. Ele me perguntou qual seria a principal demanda do SINFOR.

Respondi que nosso setor precisava de uma área que agregasse todas as empresas de Tecnologia da Informação, que era o objetivo inicial do Polo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão.

Antônio Fábio então me disse: "Faremos uma pesquisa com os nossos associados, com todas as empresas que compõem a cadeia produtiva de TI, para medirmos essa necessidade". E assim aconteceu.

Celebramos um convênio entre o SINFOR e o Sebrae-DF. A pesquisa foi realizada e o empresariado respondeu afirmativamente: desejava uma área específica para as empresas, algo puramente para o segmento de TI. Nasceu o embrião do Parque Tecnológico Capital Digital.

Logo depois, com a dinâmica que lhe era peculiar, Antônio Fábio entrou em contato com o Governo do Distrito Federal e organizou um grande evento, numa manhã ensolarada daquele ano de 2001, na residência oficial de Águas Claras. O encontro reuniu mais de 400 pessoas, quando foi apresentada a ideia de construção de um polo tecnológico em TI. Na oportunidade, foi assinado um protocolo de intenções para a criação da chamada Cidade Digital.

Após esse pontapé inicial, realizamos várias reuniões com a Diretoria do nosso Sindicato e muitas ações em seguida. Houve a elaboração do nome, premissas de ocupação, planejamento e a difícil escolha do terreno.

A Terracap nos indicou três possibilidades de localização: a primeira, um terreno que está vazio até hoje, ao lado do ParkShopping; a segunda, ao lado da Granja do Torto; e a terceira, logo descartada.

Minha opção era pelo terreno ao lado do ParkShopping, pela posição privilegiada, com infraestrutura viária pronta. Tratava-se de uma área realmente muito interessante.

No entanto, Antônio Fábio, com sua visão de futuro, entendeu que aquele terreno era pequeno e que a área oferecida próxima à Granja do Torto parecia mais apropriada para o projeto. A maioria da nossa Diretoria optou pela área da Granja do Torto.

Passamos a buscar a destinação do terreno destinado à construção do Parque Tecnológico. A primeira ação foi fazer com que esse lote fosse doado ao GDF, posto que a área pertencia à União.

Realizamos diversas gestões no Congresso Nacional e foi elaborada uma lei para que a área fosse doada. Para isso acontecer, antes era necessário definir a poligonal do Parque Nacional, que é uma área ambiental, mas com seus limites ainda por definir.

Foi uma tramitação lenta no Congresso Nacional, que gerou uma série de discussões, inclusive com pessoas e empreendimentos já estabelecidos naquela área. Finalmente, foi destacada a área em formato triangular, e doada à Terracap, para ser o terreno onde irá situar-se o PTCD.

Não há como se discutir parque tecnológico sem levar em conta o famoso Vale do Silício



O episódio criou um dos maiores parques urbanos do mundo, quando foi feita a definição dos limites do Parque Nacional, visando destacar o PTCD.

Brasília recebeu dois grandes presentes: um parque ambiental devidamente delimitado e um terreno para abrigar uma área de desenvolvimento econômico de Tecnologia da Informação, o PTCD.

Costumamos dizer que este é um terreno da sociedade de Brasília e que a Terracap é como se fosse uma fiel depositária do bem, que deverá ser devolvido para essa mesma sociedade.

A partir do momento que a Terracap recebeu o terreno da União, muitas outras ações foram realizadas: a licença ambiental do Ibama, registros cartoriais, ações no governo e a criação da gerência do Parque Tecnológico Capital Digital no Governo Arruda, do qual eu participei como Coordenador Chefe dos Projetos Estruturantes.

O Parque Capital Digital era um dos vinte projetos estruturantes, tendo Claynor Mazzarolo como gerente, quando realizou muitos avanços e transpôs vários obstáculos, até o final de 2010.

Havia três opções para o local do PTCD, mas o terreno ao lado da Granja do Torto acabou escolhido

LUTA PARA TER O PARQUE CAPITAL

Participamos ativamente para que o Banco do Brasil conseguisse destinar o projeto de espelhamento do seu datacenter para o Parque Tecnológico aqui em Brasília. Caso contrário, esse projeto do BB, como tinha prazo imposto pelas regras de Basiléia, poderia ter ido para outras cidades, como Curitiba, São Paulo ou Rio de Janeiro.

Nós acreditávamos que a instalação do Banco do Brasil seria uma âncora para o Parque Tecnológico. Acompanhamos de perto esse processo de construção do datacenter do Banco do Brasil e da Caixa, que se tornou realidade e hoje já opera nos limites do PTCD, como primeira célula do Parque.

Com quase tudo pronto, já no Governo Agnelo, a principal meta era licitar a área para finalmente construir o PTCD. Sob a liderança do presidente do SINFOR à época, Jeovani Salomão, atuamos intensamente em todas as etapas visando a este objetivo, porém a licitação fracassou.



Mas não ficarei aqui contando toda a história, posto que este livro foi feito justamente para isso. Então, nas páginas que se seguem, várias personalidades mostram como isso aconteceu.

Nosso objetivo, hoje, após cerca de 15 anos, é resgatar o passado, verificar o que planejamos e atuar. Estamos no momento da execução e temos que fazê-la rapidamente, para que não percamos o nosso objetivo de implantar um empreendimento que mudará a matriz econômica do Distrito Federal.

Há anos, a sociedade de Brasília reconheceu que o setor de Tecnologia da Informação é uma indústria estratégica para o nosso futuro econômico. A opção do povo de Brasília é por uma indústria limpa, por uma indústria que empregue pessoas bem formadas, com a boa educação que emana das várias universidades existentes na nossa cidade.

O nosso setor de Tecnologia da Informação tem a capacidade de absorver a mão de obra bem qualificada. E assim iremos mudar a matriz econômica do Distrito Federal. Essa é a grande vocação de Brasília para gerar emprego, para gerar renda e para garantir a sustentabilidade para as gerações futuras.

CONCLAMAÇÃO À NOSSA SOCIEDADE

Precisamos do apoio da sociedade de Brasília, das instituições, do setor produtivo, do Governo do Distrito Federal, para poder realizar esse sonho de construção do Parque Tecnológico Capital Digital. Com ele, construiremos em Brasília um setor economicamente pujante.

Além disso, a TI de Brasília precisa da decisão política, definindo-se que este é o setor prioritário de Brasília. Países, estados e municípios, quando decidem apostar em um segmento econômico, adotam esta missão com toda a força.

A aposta no setor estratégico precisa ser complementada com incentivos econômicos, incentivos fiscais e incentivos creditícios. Esta é a opção que oferecemos a Brasília e ao Brasil.

O Livro do PTCD tem o papel de documentar para a história a luta de Brasília pelo Parque Tecnológico Capital Digital. É fruto do empenho de grande número de mulheres e homens que sonham com isso.

Boa leitura!

Em julho de 1991, foi inaugurado o Parque de Tecnologia Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante, que gerou o início da discussão do PTCD. No recorte do Correio Braziliense, o governador Joaquim Roriz com dirigentes do SINFOR e empresários do setor de TI.

O governador Joaquim Roriz inaugurou ontem, de manhã, o Setor Industrial Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante, onde serão instaladas 150 empresas de informática, eletroeletrônica, gemologia e, numa etapa posterior, também as de biotecnologia que vão gerar cerca de dois mil e 500 empregos. Dentro deste Pólo de Alta Tecnologia funcionará ainda o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), da Secretaria de Meio Ambiente, que terá papel importante na relação entre empresas e universidade.

A criação do Setor Bernardo Sayão representa o primeiro passo para a consolidação do Programa de Industrialização do Distrito Federal (Proin-DF) que segundo o governador Joaquim Roriz, se dará sem riscos ao meio ambiente. A solenidade de inauguração da área de 306 mil metros quadrados-dotada de todas

as obras de infra-estrutura básica, necessárias à instalação das empresas —, abriu espaço a homenagens ao pioneiro Bernardo Sayão.

Inauguração — Na presença dos deputados federais Paulo Octávio, Eurides Brito e Benedito Domingos, dos distritais Carlos Alberto Torres, José Edmar e Jorge Cauhy, do secretário José Eziel Veiga da Rocha, do administrador do Núcleo Bandeirante, Vivaldo Martins, de vários secretários e de empresários o governador Joaquim Roriz descerrou a placa inaugural e entregou o primeiro lote, simbolicamente, ao empresário Luiz Fernando Nardelli, dono da Integral Informática. Segundo Nardelli, será preciso cerca de oito meses para que as indústrias se instalem na área.

O governador ressaltou em seu discurso, que Brasília já não

comporta mais ser apenas uma cidade administrativa. Precisa avançar, criar empregos, mas sem poluir. Ele lembrou Bernardo Sayão, a quem chamou de desbravador e depois salientou que Brasília tem vocação para o desenvolvimento e que é preciso apenas retomar o otimismo que sempre marcou a sua história.

Joaquim Roriz falou também que a geração de empregos através da industrialização do Distrito Federal irá atender a famílias carentes que conquistaram o direito de moradia na capital do País. Falou do direito que elas têm à sua cidadania e garantiu que todos terão emprego. O governador prometeu em breve inaugurar novas obras no Núcleo Bandeirante, como o hospital e os Ciaes e anuncio para as 17h do dia 21 de abril de 1994 a inauguração do metrô no Distrito Federal.

CDI já aprovou 19 projetos para o local

Em dois meses, o Setor Bernardo Sayão recebeu mais de oito mil metros quadrados de asfalto, quatro mil metros cúbico de encascalhamento, além de redes de água e esgotos e energia elétrica, num trabalho que custou Cr\$ 200 milhões ao Governo do Distrito Federal. A partir de agora, qualquer uma das quatro empresas de gemologia ou das 15 de informática que tiveram seus projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial podem se transferir para a área.

O setor, também chamado de Alta Tecnologia, terá além dos

150 lotes para indústrias, sete áreas especiais com lotes de 900 a mil e 700 metros quadrados, e 39 lotes comerciais de 450 a mil metros quadrados. Toda a área construída nos pólos de gemologia ou de informática somará 119 mil 613 metros quadrados, dentro dos 306 mil 255 metros quadrados do loteamento.

Consultas — Neste momento, o Conselho de Desenvolvimento Industrial avalia outras 46 cartas-consulta de empresas de Brasília, entre elas 30 de gemologia e 16 de informática e eletro-eletrônica. Os lotes do Bernardo

Sayão variam de 600 a mil metros quadrados e serão vendidos aos industriais a preços de mercado com os benefícios do Proin-DF. Um lote pode ter um desconto de até 60 por cento na compra se a fábrica for instalada dentro de dois anos após a aprovação do projeto.

Entre outros benefícios, os empresários contam também, com empréstimos de até 70 por cento do ICMS por até cinco anos; isenção do IPTU durante a construção e implantação da empresa no Pólo de Alta Tecnologia, além da isenção do imposto de transmissão.

CORREIO BRAZILIENSE

Cidade

PLANO PILOTO SATELITES GEOPOLÍTICA

Brasília, terça-feira, 9 de julho de 1991

Roriz inaugura Pólo de Alta Tecnologia

CARLOS MOURA



Na inauguração, o governador disse que o polo é o primeiro passo para a industrialização do DF

Informática investe US\$ 5 milhões no Pólo

Otávio Veríssimo

Dentro de aproximadamente 60 dias, as 15 empresas com projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) estarão iniciando as obras de instalação no Pólo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão, localizado nas proximidades do Núcleo Bandeirante. Os investimentos previstos totalizam cinco milhões de dólares, com a geração de dois mil 200 empregos diretos e cerca de cinco mil empregos indiretos. O Pólo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão, que dispõe de uma área total de 30 mil 600 metros quadrados, foi criado em maio de 1990 pelo governador Joaquim Roriz, mas somente agora é que as empresas com projetos aprovados foram informadas pela Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap) do preço definitivo dos terrenos.

O longo prazo transcorrido entre a criação do Pólo e o início das obras, porém, não deve ser atribuído apenas ao processo burocrático de definição de preços para os terrenos. A recessão que se abateu sobre o setor desde o início de 1990 também é apontada pelo presidente do Sindicato da Indústria da Informática do Distrito Federal (Sinsor-DF), Eduardo Castilho, como elemento preponderante na redefinição de prioridades. "O Pólo de alta Tecnologia era uma antiga reivindicação do setor, que carecia de uma área específica para se instalar", comenta. "Entretanto, o intenso processo recessivo gerou traumas. Após a criação do Pólo, em apenas dois meses, fomos obrigados a demitir cerca de 20 por cento da mão-de-obra empregada no setor".

A instalação das empresas de informática no Pólo Bernardo Sayão acontecerá num momento de grande expectativa quanto à retomada de atividades no setor, como explica Eduardo Castilho:

"As decisões de compra que emanarão de Brasília neste ano devem girar em torno de um bilhão de dólares". O montante, embora seja alvo da cobiça de toda a indústria nacional de informática, é suficiente o bastante para motivar as empresas locais cujo faturamento global ao longo do ano passado, segundo estimativas do próprio Sinsor, não deve ter ultrapassado os 50 milhões de dólares.

Metrô — Além da possibilidade de atender uma parcela da demanda gerada pelo Governo Federal, a indústria de informática local conta também com a prioridade para suprir o metrô de superfície de Brasília de todos os serviços e equipamentos necessários. A obra, cuja pedra fundamental foi lançada recentemente, deverá estar concluída a 21 de abril de 1994 e surge como elemento de redenção de todo o setor produtivo no Distrito Federal graças à cláusula contratual que estabelece prioridade às empresas locais no fornecimento de materiais e serviços.

O suprimento às obras do metrô, segundo Eduardo Castilho, também servirá para que a indústria local de informática redirecione sua produção para o mercado do Distrito Federal. "Nossa tradição é de pouca atuação no mercado local", explica. "Com o metrô temos a possibilidade de modificar esse perfil, ser mais atuantes, dimensionar melhor o mercado e participar".

Eduardo Castilho diz que, embora o perfil da indústria de informática do Distrito Federal seja definido pela presença maciça de micro e pequenas empresas — "é possível contar nos dedos as empresas de médio e grande porte" — não haverá a menor dificuldade em atender às especificações técnicas definidas pelo consórcio encarregado da construção do metrô. "Temos empresas que fornecem ou já forne-

ram

produtos e serviços a outros metrôs como os do Rio de Janeiro e São Paulo. A STD — Sistemas Técnicos Digitais e Integral são dois bons exemplos disso".

Integração

—

O presidente do Sinsor destaca que a indústria local de informática possui um perfil bastante particular porque, em sua grande maioria, as empresas não concorrem entre si. "Elas praticamente são clientes umas das outras, o que possibilita não só o somatório de ações como também o trabalho conjunto e o fortalecimento do setor", explica. "Além disso, produzimos desde microcomputadores, modems e estabilizadores até o desenvolvimento da engenharia de produtos".

No momento, segundo Eduardo Castilho, o Sinsor está empenhado na implementação de um programa de qualidade que permitirá fechar esse círculo. "Com a participação de todas as empresas será possível que elas se auxiliem umas às outras, permitindo o início de um processo just in time", comenta. "Estamos contatando a American Society for Quality Control para implementação de programa já aplicado em 43 outros países".

Eduardo Castilho menciona, também, a oportunidade de se reativar um antigo projeto de aproximação entre a indústria e a Universidade de Brasília (UnB). Trata-se da Braintec — Brasília Informática e Tecnologia S.A., empresa criada em 1988 a partir da associação da Fundação Universidade de Brasília (FUB), que detém 46 por cento do capital, com 40 empresas locais detentoras dos 54 por cento restantes. A Braintec jamais chegou a sair do papel, mas com a construção do metrô e a necessidade de desenvolvimento de tecnologia local para suprir a obra surge uma nova oportunidade para minimizar o hiato existente entre a indústria e a universidade.

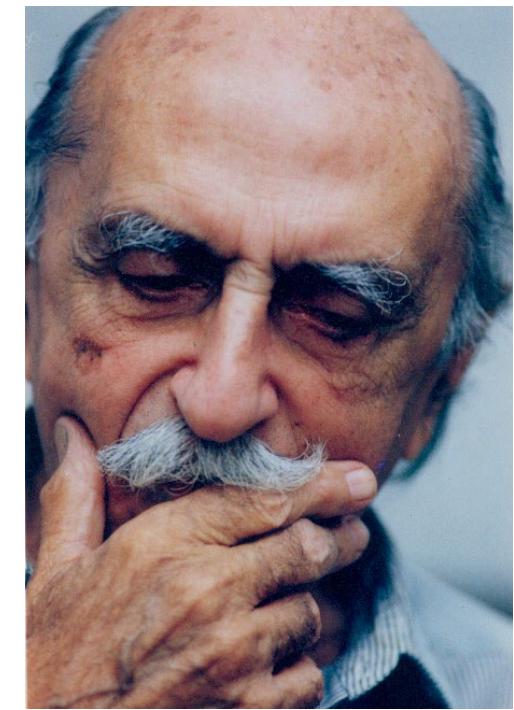


O Pólo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão foi implantado pelo governador Roriz em julho do ano passado

Em janeiro de 1992, a consolidação do Parque Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante, que depois teve mudança de destinação, abrigando outros tipos de empresas. Mais uma vez, o recorte do Correio Braziliense mostra o momento histórico.

Linha do tempo do PTCD

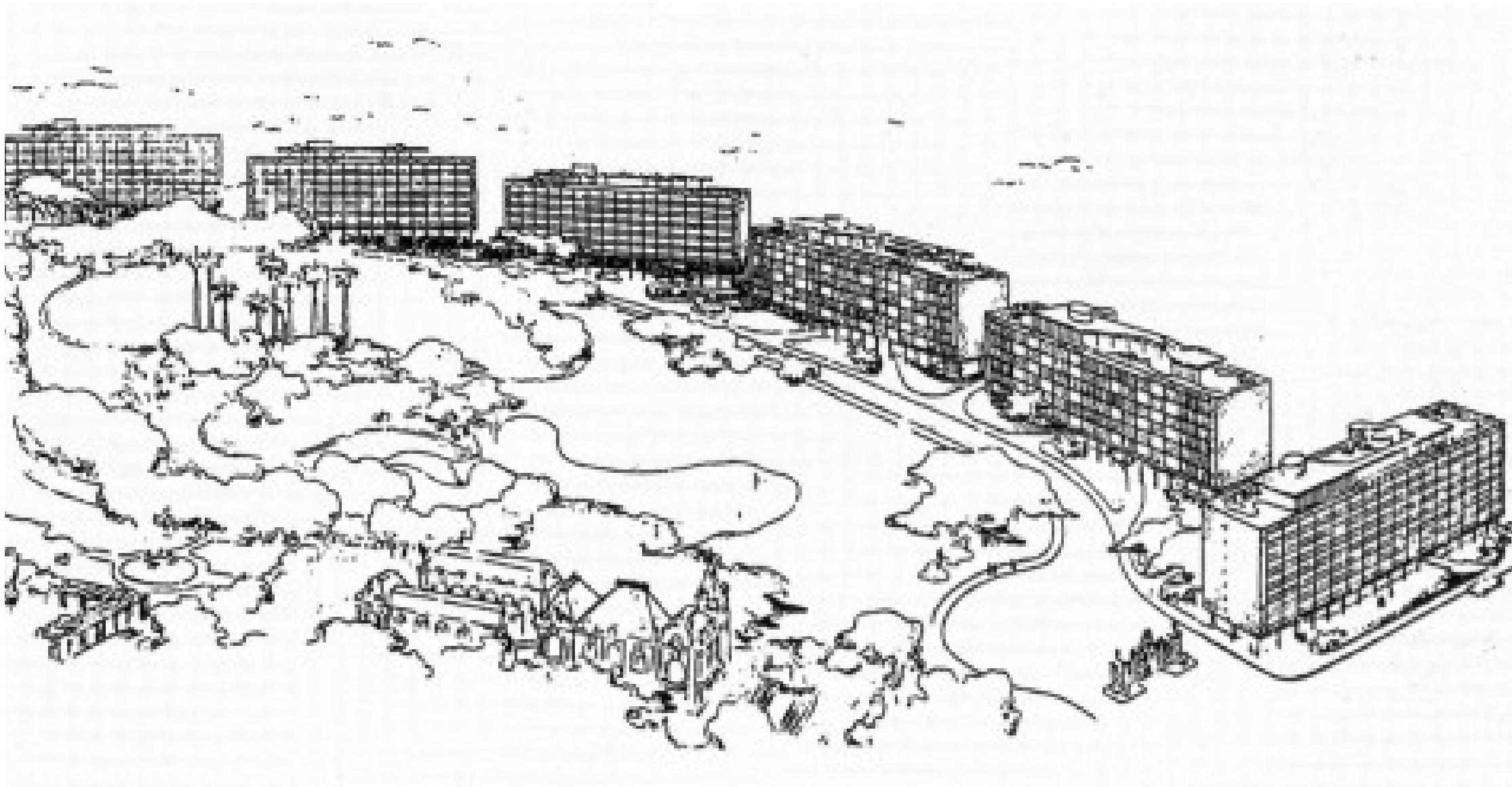




Lúcio Costa anteviu a Brasília atual

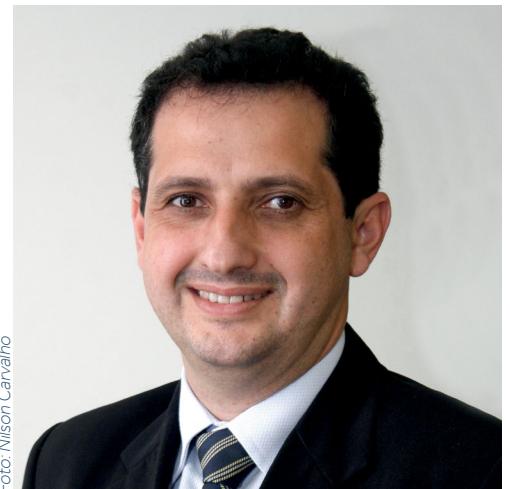
TRECHO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA,
RELATÓRIO LÚCIO COSTA, DO QUAL NASCEU A CIDADE

“Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.”



Apoio da Assespro Nacional

Foto: Nilson Carvalho



Jeovani Salomão

Presidente da Assespro Nacional e ex-presidente do Sinfor

A Assespro (Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação) reúne empresas que, em sua grande maioria, são nacionais e desenvolvem softwares.

O setor de softwares no Brasil cresceu em média 10% ao ano, entre os anos de 2004 e 2014. E este crescimento pode ser potencializado na medida em que se consiga colocar os softwares mundo afora.

O Parque Tecnológico Capital Digital é uma medida estruturante, dentro de um conjunto de incentivos que o governo vai oferecer ao setor de TI para atrair empresas de fora, integrá-las com as empresas nacionais e produzir softwares para vender para o exterior.

Com o PTCD, cria-se uma grande sinergia entre empresas e pessoas, já que estarão todos reunidos em um mesmo lugar. Essa condição possibilitará que novas ideias surjam.

Em virtude do lançamento do PTCD, a Assespro conquistou os direitos de organização do 20º World Congress of Information Technology – WCIT.

Em 2016, este evento global será realizado pela primeira vez na América do Sul, reunindo participantes de 80 países, entre eles representantes da OMC, OMS, ONU, Banco Interamericano, Banco Mundial e Dell.

Tê-los aqui é uma oportunidade de mostrar o que nos difere e o que vai fazer com que essas empresas tenham capacidade de investir na nossa cidade.

Brasília tem um potencial enorme, desconhecido mundialmente. Por ser a capital do país, é um polo atrativo de conhecimento. O governo atrai conhecimento naturalmente, tanto para ocupar seus cargos quanto para pessoas que vão interagir com ele, por algum tipo de necessidade.

Além disso, temos uma densidade demográfica bastante razoável, um número de mestres e doutores que é o maior por habitantes do Brasil e condições socioeconômicas muito boas. Ou seja,

O DF tem vocação para uma economia

baseada no conhecimento.

Como ex-presidente do SINFOR, me orgulho de ter participado da luta para a implantação do Parque, que começou quando o ex-presidente Antônio Fábio conseguiu esse terreno junto ao Governo Federal.

É um projeto originário de um interesse legítimo de empresários, que buscam uma forma de desenvolver o setor e trazer riqueza para a cidade. O setor de tecnologia, muito mais que gerar emprego, gera riqueza.

Me orgulho da nossa história, mas o resultado dela vejo com muita frustração. Só eu

Empresários de todo o País, representando o setor de Tecnologia da Informação, foram testemunhas do compromisso assumido pelo governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, numa solenidade realizada em Brasília, em março de 2015, pela implantação plena do Parque Tecnológico Capital Digital.



Compromisso de Rollemberg pelo PTCD

O fato ocorreu na posse do empresário brasiliense Jeovani Salomão como presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro).

Na oportunidade, Rodrigo Rollemberg, que havia sido empossado governador há três meses, disse que Brasília está predestinada a ser um centro de alta tecnologia e inovação.

“Dentro de uma economia como a nossa, é uma questão de sobrevivência. Somos a unidade da Federação com a maior concentração de doutores. Temos condições de ser um polo de alta tecnologia”, enfatizou o governador.

Rollemberg aproveitou para falar do Parque Tecnológico Capital Digital. Convidou os empresários presentes a participarem do projeto e o apoarem, sendo muito aplaudido por essa iniciativa.

A Assespro, que apóia firmemente a criação do PTCD, é uma entidade sem fins lucrativos, criada com o intuito de representar empresas privadas nacionais produtoras e desenvolvedoras de software, produtos e serviços de Tecnologia da Informação, telecomunicações e internet.

UM POUCO
DA HISTÓRIA

O início de uma luta justa

A história do PTCD por um dos participantes das primeiras reuniões sobre o assunto

Sinergia! Sim, sinergia!

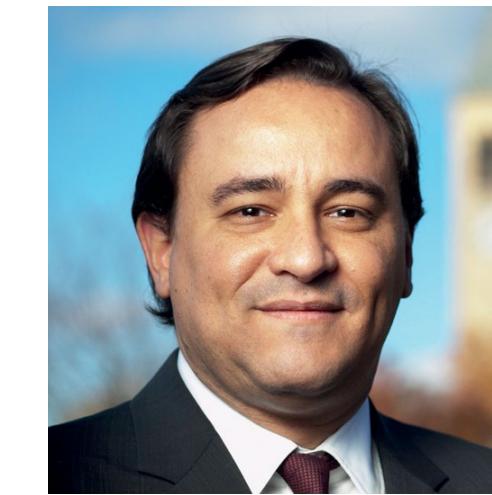
Éramos um grupo audacioso. Do tipo que não acolhe o status quo sem questionamento. Alguns brasilienses, outros cidadãos, todos amarrados a Brasília por sua paixão pela Capital Federal. Porém queríamos mais!

Era junho de 1999. Estábamos em uma sala da Fecomércio-DF, que, assim como a Fibra, tantas vezes já havia acolhido os irrequietos integrantes do então Clube dos Jovens Empresários do DF.

Na oportunidade, foi despertado um esforço coletivo com o potencial de transformar Brasília em um polo internacional de empreendedorismo, tecnologia e inovação.

O tom das vozes se elevou, não por discordância, mas sim por entusiasmo. E, nos cantos da sala, ecoou um grito em uníssono: “Brasília pode ser mais que a Capital Federal; pode ser também a Capital Digital!”

O grito tinha base no ímpeto da inovação tecnológica. Enquanto disruptões motivadas pelo advento da Internet varriam o planeta com uma avalanche de novas empresas e modelos de negócios, este grupo de empreendedores, assim como outros da Capital, se esforçava para conquistar seu quinhão na propagada Nova Economia.



**Humberto Luiz
Ribeiro**

*Ex-presidente do Clube dos Jovens
Empresários*

A conclusão do time foi acertada: consolidar um lócus com capacidade para aglutinar as empresas atuantes em Tecnologia da Informação e Comunicação, promovendo a inovação, a interação entre elas e a ampliação das vendas de todas. Foi acertada, porém incompleta.

Nosso grupo mais amplo elencou alguns responsáveis por tirar o projeto do campo dos sonhos para o das metas. Estavam comigo colegas de jornada que muito suaram a camisa.

Aprendemos juntos eu, Guilherme Barros, Wagner Sarkis, Ricardo Masstalerz, Aziz Jarjour, Renato Santos, Patrícia Muniz, Paulo Moura, Ronaldo Clay, Gilberto Lima Jr, Marcelo Cunha, Helder Gaudêncio, Ruben Zevallos, Ednilson Rodrigues, entre outros.

Buscamos, no restante do ano de 99, a interlocução com agentes de mercado e formadores de opinião. Os jovens empresários promoveram um primeiro esforço cooperativo com algumas das principais referências empresariais e intelectuais da cidade.

Muitos foram os manifestos de suporte. Puxando da memória, e com o perdão certo pela falta de vários mercedores, me recordo do Prof. Bermudez (CDT/UnB), Prof. João Bosco (CEUB), Dr. Asinelli e Gina Paladino (IEL Nacional), Newton de Castro (SEBRAE), Lázaro Marques (GDF), Ary Cunha (Correio Braziliense), além dos sempre presentes patronos maiores do Clube, Lourival Dantas (FIBRA) e Sérgio Koffes (Fecomércio).



Durante mais de uma década, Antônio Fábio Ribeiro liderou o sonho do Parque Tecnológico

Até que veio Antônio Fábio.

Era final do ano e o conceito foi discutido pelo grupo com o então presidente do SINFOR, Antônio Fábio Ribeiro. Calcado em sua experiência associativa e empresarial, Antônio Fábio abriu logo um largo sorriso quando lhe falamos da ideia. Porém, o sorriso veio com uma sobrancelha franzida. Pensei comigo: “Lá vem bomba! ”.

Intelectual das cadeias produtivas globais, Antônio Fábio foi logo comparando: “Vocês estão querendo algo semelhante à Rua das Farmácias, ou à Rua dos Restaurantes, só que para as empresas de tecnologia...”. E concatenou: “Isso é bom, mas pode ser bem melhor!”

Em sua tese, a consolidação de polos destacados em qualquer cadeia produtiva global precisava se alicerçar em, ao menos, dois fundamentos: a vocação e escalabilidade dos fatores de produção e a capacidade de compra do mercado-alvo.

Para o primeiro, ele sabia que Brasília tinha uma forte capacidade de formação de recursos humanos, premissa necessária para escalabilidade desta cadeia produtiva.

Para o segundo, explicou que seria esse o grande diferencial de um polo tecnológico na Capital Federal. “Temos aqui o segundo maior mercado consumidor de TI da América do Sul.”

Mais que isso, veio logo dizendo uma frase que repetiu inúmeras vezes nos anos seguintes: “Empresa precisa de, ao menos, três coisas para existir: Mercado, Mercado e Mercado! O restante o empreendedor constrói em torno disso”.

Desdobrando este fundamento, Antônio Fábio nos ajudou a ampliar o conceito. Em fevereiro de 2000, foi realizada reunião do SINFOR, com a ajuda de Ricardo Caldas, Suely Silva, Fernando Roriz e sua diretoria, e apoiada por experts notáveis como Renato Riella, Roberto Spolidoro, Renato Castelo, Djalma Petit, José Noguchi, Narton Melo e Eduardo Costa.

Antônio Fábio encampou o sonho do Clube dos Jovens Empresários e patrocinou o desenvolvimento de um projeto detalhado. E, agora sim, completo!

O projeto, ampliando o conceito de “lócus” trazido pelos jovens empresários, incorporou os elos de suporte à produção de TI, iniciando-se na geração do talento humano, com a presença de instituições de ensino integradas às mais de 50 já existentes no DF, e indo até a ponta da cadeia produtiva, ou seja, os grandes consumidores de tecnologia.

O Clube dos Jovens Empresários iniciou os debates sobre Tecnologia da Informação no DF

Apresentou-se o projeto ao então governador do DF, Joaquim Roriz, que de pronto o acolheu. Após desdobramentos técnicos e burocráticos necessários e pertinentes ao GDF, que consumiram bons meses, a proposta foi submetida à Câmara Legislativa do DF para aprovação da destinação do terreno ao final da Asa Norte, próximo à Granja do Torto.

A aprovação foi realizada, contando com o apoio inclusive dos deputados distritais da oposição, sob a condução do então líder oposicionista Rodrigo Rollemberg.

Nesse período, em uma reunião à qual pude acompanhar o governador, em Washington, numa visita ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o diretor do BID, José Fourquet, nos recebeu para discutir interesses do Distrito Federal.

Nessa ocasião, o governador e o secretário de obras, Tadeu Filipelli, apresentaram o plano de duplicação de vias do DF, com especial enfoque para a duplicação da L4, culminando na Ponte JK.

Tive eu, complementarmente a esta apresentação, a oportunidade de falar ao diretor Fourquet (por coincidência, meu amigo de outros carnavaços), sobre o Parque Capital Digital.

Disse então Fourquet ao governador: “É ótimo o projeto viário apresentado e prometo meu apoio para que o DF tenha esse financiamento” (e realmente conseguimos o financiamento e as obras foram concluídas), mas prosseguiu: “E também, governador, se gostei do projeto viário, digo a V.Exa. que acho esse do Parque Digital excelente!”

Roriz saiu satisfeito por ter conseguido a liberação do recurso para as vias no DF, e intrigado pelo interesse do diretor do banco por um projeto de um parque tecnológico.

No carro, após a reunião, comentou comigo e com Filipelli: “O diretor gostou muito da apresentação sobre o Parque”, e depois calou-se.

Semanas após esta reunião, em um encontro de Antônio Fábio com o governador, vi Roriz dizer a ele: “Tonho, se até o diretor do BID ficou animado com o projeto, temos que fazer avançar!”. Mas, incrivelmente, o projeto não saiu do papel naquele governo, e nem nos que o sucederam até aqui.

Um marco divisor de águas, neste meio tempo, foi a visita de Antônio Fábio à direção do Banco do Brasil. Ele apresentou o projeto do Parque Capital Digital ao então vice-presidente José Luiz Cerqueira, e ao diretor Manoel Gimenez.

Colheu do BB um compromisso firme para que, em parceria com a Caixa Econômica Federal, o BB implantasse uma estrutura

diferenciada no Parque: o Datacenter BB/CAIXA, que permitiu às duas instituições financeiras atingirem o nível pleno de conformidade com as mais exigentes normas internacionais de Basileia para segurança e tratamento das informações do setor financeiro.

Era o tal “Mercado” provando que o Parque Capital Digital estava no caminho certo. E, em março de 2013, já sem Antônio Fábio entre nós, o belíssimo Datacenter Cidade Digital do BB e CAIXA foi inaugurado em área contígua ao Parque Capital Digital.

Entre os anos 2000 e 2012, juntamente com Jeovani Salomão, seu sucessor à frente do SINFOR, Antônio Fábio foi um incansável na defesa da implementação do Parque. Com o projeto em mãos, Antônio Fábio foi plural, dialogando com todos: empresariado, governo, academia, mídia...

Democraticamente lutou pela cooperação, pelo polimento conjunto do projeto, que resultasse em um ecossistema produtivo inclusivo, cultivador do talento tácito de Brasília. Algumas vezes perdeu as estribelhas e, com o estilo direto e pragmático próprio dele mesmo, bateu de frente com ações que ameaçaram o interesse coletivo e o propósito futurístico deste ativo.

E assim, após nos deixar em 2012, Antônio Fábio mereceu uma distinta homenagem, ao final do ano 2013, quando o presidente Jeovani Salomão apresentou, em nome dos empresários do setor de tecnologia do DF,

pleito ao governador para que, quando da implantação do Parque, desse a ele o nome de “Antônio Fábio Ribeiro”.

Aglutinando a todos em torno de um propósito coletivo, Antônio Fábio consolidou o princípio de valor requerido nessa Nova Economia para o sucesso do empreendimento da sociedade de Brasília: a Sinergia.

Sinergia do educacional com o tecnológico, e deste com o produtivo, o social e o ambiental.

Sinergia entre empresas concorrentes, cooperando por um bem coletivo e por perspectivas maiores para todos.

Sinergia entre o indivíduo e as instituições públicas, privadas e acadêmicas.

Sinergia entre a história e o futuro preconizado para a Capital do Brasil.

Talvez, pela premissa da sinergia, que pressupõe a transparência, o coletivismo e a nobreza de propósito, o atraso na implantação do Parque Capital Digital tenha sido o preço pago por todos nós.

Contudo, assim como Antônio Fábio Ribeiro, confio na manutenção deste princípio da Sinergia. Afinal, “sozinho talvez se vá mais rápido, mas juntos certamente iremos mais longe!”

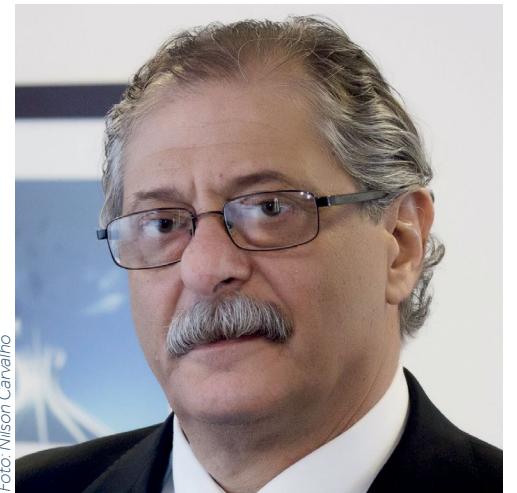
• Humberto Luiz Ribeiro
é professor visitante
na Cornell University (NY-EUA)



Fotos: Lais Rodrigues



A interlocução da Fibra



Jamal Bittar

Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal - Fibra

Ao olhar para os resultados que alguns países alcançaram com a implantação de parques tecnológicos, são percebidos ganhos de natureza econômica e social, tanto para empresas, universidades e institutos de pesquisa, quanto para o setor público e para a qualidade de vida dos cidadãos. Todos ganharam.

A criação do Parque Tecnológico Capital Digital no Distrito Federal tem um papel importante na consolidação do parque industrial local.

É por meio dele que se dará a transferência do fluxo de conhecimento e de tecnologia gerado no ambiente de universidades e de instituições de pesquisa para as empresas e os mercados.

Isso irá impulsionar a criação de empresas inovadoras, mediante mecanismos de incubação e o crescimento do valor da produção industrial, ao proporcionar outros serviços de valor agregado à atividade fabril.

Não se pode deixar de destacar também sua interface com o fomento de investimentos em pesquisa, o desenvolvimento e a formação de mão de obra altamente qualificada, que será a base da criação de um estoque de conhecimentos a ser utilizado em inovações que contribuam para a sustentabilidade econômica e social.

O PTCD foi pensado para ser referência nacional e internacional. A proposta de concepção foi feita a partir de estudos de casos, considerando-se os melhores parques já implantados sob a ótica do desenvolvimento.

Analisamos parques com características diferentes, mas sempre com o mesmo objetivo: inovação e desenvolvimento. Na esteira dos estudos, avaliamos alguns dos mais conceituados parques do mundo, como o Tidel Software Park, na Índia; o Sophia Antipolis, na França; o Technology Park, na Malásia; o Parque Tecnológico Oulu, na Finlândia, entre outros.

Se o Distrito Federal quer ser referência em parques tecnológicos, precisamos seguir os melhores modelos. Só assim é possível atrair grandes empresas do ramo. Se pretendemos ser referência, devemos fazer melhor que os outros.

Precisamos criar nosso diferencial. Isso eu sei que o Distrito Federal tem competência para fazer. Se tivermos um parque com diferenciais estratégicos, com certeza atrairemos as melhores empresas do mundo para cá.

A luta do SINFOR para a instalação do Parque Tecnológico Capital Digital é uma luta legítima. O sindicato tem se dedicado a promover a ideia e a importância do Parque para a Capital Federal junto ao mercado e à sociedade.

E a Fibra também tem um papel importante no processo de concretização do projeto. A Federação tem sido a principal interlocutora do setor privado junto ao setor público no que diz respeito à concepção do Parque.

A ideia nasceu dentro da Federação, lá pelo início dos anos 90. De lá para cá, nunca ficamos fora dos debates e nunca deixamos de defender a importância do Parque para o futuro da indústria brasiliense e para o desenvolvimento social no DF.

Ao assumir a presidência da Fibra em outubro de 2014, coloquei como foco a retomada das discussões com o governador que seria eleito.

O parque tecnológico não é um projeto apenas da indústria, ele é de todos nós: indústria, comércio, serviços, universidades, institutos de pesquisa e principalmente da população. Esse legado precisa ser deixado para as gerações futuras. Afinal estamos na capital do país.



Lourival Dantas

Ex-presidente da Fibra



Antônio Rocha

Ex-presidente da Fibra

A criação do Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD) tem muito a ver com a participação de Antônio Fábio Ribeiro, que foi presidente do SINFOR – Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal. Quando esteve à frente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Antônio Fábio trabalhou muito para o desenvolvimento tecnológico de Brasília, inclusive na defesa da criação da cidade tecnológica, hoje denominada de Capital Digital.

O Distrito Federal pode abrigar um dos melhores parques tecnológicos do mundo, com potencial de alavancar recursos e ser uma locomotiva do desenvolvimento para a nossa região.

O Parque Tecnológico Capital Digital é de grande importância para a cidade. Vai integrar empresas, universidades e governo, desportando, seguramente, como referência no cenário nacional e internacional.

O perfil de Brasília é de uma indústria limpa e inteligente. A indústria da informação tem todo esse ambiente, essa sinergia. Permite que o setor seja extremamente competitivo, e talvez possa se transformar em um dos principais setores do Brasil. O projeto teve impulso no governo Arruda, quando foi baixado um decreto. A Fibra fez diversos estudos para a implantação do PTCD, junto com o SINFOR. Agora é trabalhar para que as empresas possam ocupar esse espaço e atrair grandes investimentos nacionais e internacionais, permitindo o crescimento do setor. A logística de Brasília é extremamente favorável para o sucesso do projeto, pois estamos no centro do país, somos a capital da República e aqui estão sediados o Governo Federal, as representações internacionais, entre outros organismos. Ou seja, tudo converge para que nos tornemos um parque de extrema importância para o país e uma referência no setor de TI.

A Fibra sempre teve papel intenso na defesa da proposta do Parque Digital



Mudar a matriz econômica do DF

Rodrigo Rollemberg
Governador do Distrito Federal

Nosso governo pretende abrir um novo tempo no modelo de desenvolvimento do Distrito Federal. O Parque Tecnológico Capital Digital tem potencial para mudar a matriz econômica de Brasília, transformando-a em referência internacional de desenvolvimento tecnológico e científico.

Fizemos estudos sobre os modelos de parques adotados no mundo e sobre os entraves locais que impediram a implementação do complexo no DF.

Criamos um grupo de trabalho para definir o modelo e como ele será gerido. Estamos intensificando as conversas com o setor produtivo e com as entidades científicas e tecnológicas.

Ampliamos o escopo do parque, no sentido de incluir outras áreas que já possuem maturidade científica e tecnológica. Convidamos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tem cinco unidades em Brasília, para ser uma das âncoras na criação do complexo tecnológico, atraiendo empresas nas áreas de medicina, biotecnologia e agricultura tropicais.

Estamos estudando a possibilidade de abrir novas áreas industriais para empresas que queiram se transformar em produtos associados às inovações desenvolvidas no Parque Tecnológico, e que criarião novos empregos.

Foto: Nilson Carvalho / Agência Brasília

Participação da Terracap



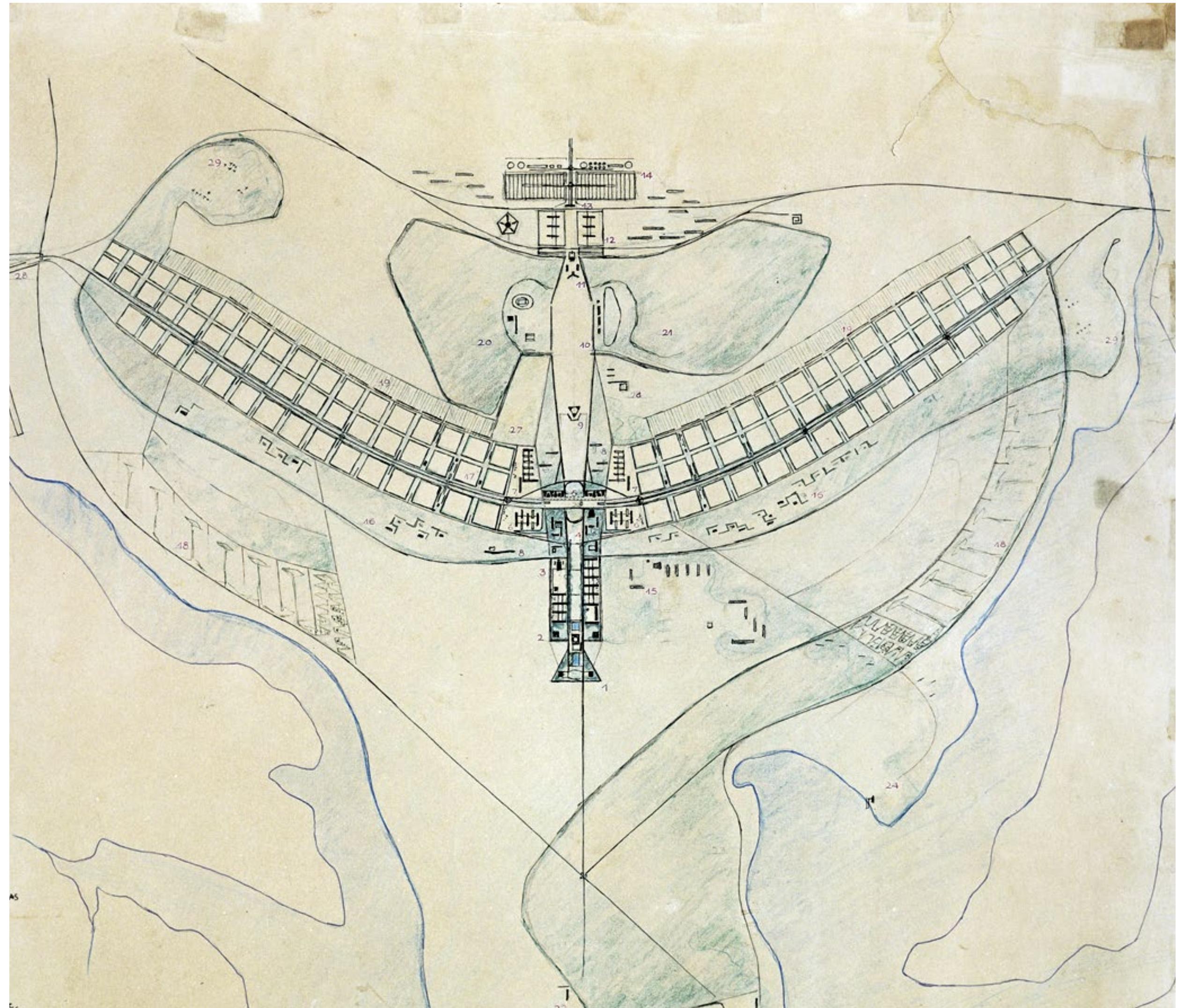
Foto: Andrie Sena

**Alexandre
Navarro**

Presidente da Terracap

A instalação de parques tecnológicos, em qualquer cidade, muda o perfil da cidade, da base produtiva.

Isso vemos no exterior. Vimos também em São José dos Campos; viu-se numa região de Porto Alegre, o Tecnopuc; em Florianópolis, no Sapiens Park; isso está acontecendo em São Carlos, onde você tem parques tecnológicos, parte voltada para a aviação, outra parte voltada para metal mecânica, e o conhecimento paralelo das universidades.



Brasília tem isso. Tem conhecimento, um alto nível de doutores e pós-graduados que podem fazer essa ação. Além de alterar a base produtiva, a instalação de um Parque Tecnológico transforma o emprego da cidade e dá condições de você ter mais constância na empregabilidade, porque são empregos mais qualificados, de maior conhecimento, que exigem mais bagagem produtiva. Não se fica tão refém do mercado.

Quando se implanta um Parque Tecnológico, você muda as pessoas, a base produtiva e notadamente desenvolve as cidades.

Brasília tem uma base produtiva limpa e se consegue vincular a implantação do Parque Tecnológico com conhecimento e inovação.

Nossa cidade não tem indústria de transformação; e não é para ter. A cidade não foi construída para isso.

E quais são os caminhos, então? A implantação de parques tecnológicos, nas suas várias vertentes. E Brasília está apta para isso, pelo seu conhecimento, pela capacidade técnica que tem, pelas empresas que podem assumir inicialmente essa parte.

Brasília representa tudo que está no País. Aqui estão todos os órgãos alfandegários do Brasil, as embaixadas e os ministérios que dialogam com o exterior.

É importante para as empresas estarem em Brasília, mas precisamos de empresas que não ataquem os três critérios básicos de sustentabilidade: pessoas, economia e meio ambiente.

Terracap espera propostas empresariais para o Parque Tecnológico Capital Digital

Com o lançamento da manifestação de interesse privado do governador Rodrigo Rollemberg em novembro de 2015, espero que as empresas, inclusive aquelas que discutiram o assunto inicialmente, apresentem suas propostas.

Acho a luta do SINFOR importantíssima nesse processo do Parque Tecnológico Capital Digital, principalmente pela ideia inicial, mas também pelo trabalho político e material que fez desde o início para a implantação do PTCD.

O SINFOR tem que estar envolvido nessa discussão, sempre. É fundamental que as empresas ligadas ao Sindicato apresentem uma proposta, uma manifestação de interesse.

A depender do estudo técnico de viabilidade técnica, econômica e ambiental que vai ser apresentado pelos possíveis manifestantes de interesse, vai se definir a modalidade de parceria.

A solução pode ser concessão, ou mesmo outros modelos de funcionamento. Pode ser, também - num projeto razoável - o direito de superfície, uma parcela.

Temos várias modalidades, no âmbito do decreto e do edital que o governador Rollemberg lançará ainda em 2015. Mas é importante que o SINFOR e as empresas que compõem o sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação da cidade apresentem uma proposta.

A Terracap, com a lei 4586, de 2011, se tornou uma agência de desenvolvimento, efetivamente. Como imobiliária já o era, pois quando a empresa passa a usar recursos de venda de imóveis para investir na cidade, já é uma agência de desenvolvimento, obrigatoriamente. Mas, a partir de 2011, ganhou essa conotação de Agência de Desenvolvimento.

Hoje, a questão do desenvolvimento envolve, fundamentalmente, um investimento em tecnologia, mudança de base produtiva, mudança para chegar a um produto que seja mais sustentável, que, num futuro mais próximo, atinja o conceito de economia verde. E a Terracap é fundamental para isso.

É importante que a Terracap não seja simplesmente uma empresa cedente de terreno. A Terracap quer ser sócia desse projeto, quer ser parceira desse projeto, assim como o GDF.

Não queremos ser só um simples entregador ou vendedor de terreno. Queremos ser sócios desse projeto, pelo tempo que ele funcionar.

Até porque Parque Tecnológico não se constitui em cinco, seis ou sete anos. É um planejamento de longo prazo. Demora décadas para se conseguir consolidá-lo.

Com o tempo, as empresas que não conseguirem inovar vão se purificando, e o parque se consolida, trazendo outras do exterior. É importante que não se tenha a mentalidade de que isso vai ser implantado agora e que vai estar constituído ano que

vem, ou daqui a cinco, seis anos. É um processo de longo prazo.

Mas é fundamental, depois de todo esse trabalho do SINFOR e de várias pessoas, ver a disposição da Terracap nesse conceito de parceria, procurando participar efetivamente do resultado do Parque.

É importante que as pessoas tenham consciência desse prazo delongado e, fundamentalmente, que nesse momento inicial apresentem suas manifestações de interesse, preparem os estudos de viabilidade técnica, econômico e ambiental, calculem paybacks de funcionamento, com a necessidade de infraestrutura, e apresentem sua proposta.

A proposta não precisa ser da área toda. Pode ser dividida em vários setores. Levemos em conta a sinergia dos setores de conhecimento. O Brasil carece fundamentalmente - com exceção da agricultura e de alguns setores da indústria - do conhecimento, da Tecnologia da Informação, de produtos novos.

Em certas áreas produz, mas quando conseguir associá-los, com mais sinergia, haverá capacidade de ter mais produtos com tecnologia embarcada.

Não produtos como precisamos tê-los. Por exemplo, o minério de ferro. A tonelada de minério de ferro custa 100 dólares. Para você comprar uma tonelada de semicondutor, você precisa vender 21 mil toneladas de minério de ferro. Portanto, o Parque Tecnológico Capital Digital é isso, conhecimento.

Tecnologia da Informação é conhecimento e o SINFOR é a base local disso.

A tecnologia embarcada que esses parques permitem é fundamental para qualquer país se desenvolver, ou qualquer cidade se desenvolver, deixando de ser uma colônia tecnológica.

A Terracap, detentora do terreno, terá papel crucial na viabilização do Parque Digital



**Joe
Valle**

*Secretário do Trabalho,
Desenvolvimento Social e Direitos
Humanos do DF*

Acredito que o Parque Tecnológico Capital Digital poderá mudar a vida da população do Distrito Federal. Sou completamente favorável ao PTCD. Acho que será a locomotiva do DF. Trata-se de uma indústria limpa, promissora e com instalação rápida.

Brasília tem a vocação de abrigar um grande polo de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e mercado, ligado à Tecnologia da Informação (TI).

Não tenho dúvidas sobre o potencial da nossa cidade. É essencial que esse projeto saia do papel. O Parque será um grande centro especializado, que ajudará tanto a área urbana quanto a rural.

Será um espaço de incentivo à inovação tecnológica, que contará com serviços de convivência: alimentação, serviços bancários, lojas comerciais, centro de convenções, participação em joint ventures, promoção de ações cooperativas, participação em pesquisa e desenvolvimento, patenteamento e gestão de direitos autorais, incubação e criação de startups.

Para isso, é necessário firmar boas parcerias e oferecer mão de obra qualificada e conhecimento especializado.

Temos um segmento organizado, altamente produtivo e eficiente. Contamos com empresas que exportam softwares para o mundo e que são reconhecidas em todo o Brasil.

São 700 empresas locais que, potencialmente, poderão se instalar no Parque Tecnológico Capital Digital.

O Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal – SINFOR-DF vem atuando fortemente junto a diversos setores, para que o projeto saia do papel.

A participação do SINFOR no Grupo de Trabalho da Câmara Legislativa do DF tem acrescentado informações importantíssimas nas discussões sobre o assunto. Mas é preciso sensibilizar os parlamentares, os órgãos competentes e efetivar parcerias que possam contribuir para que o projeto seja realizado.

Acredito no empenho do Governo do DF em criar o PTCD, mas a crise econômica que castiga nossa cidade tem dificultado a concretização da proposta. É fundamental para a realização desse sonho a busca de parcerias.



Deputado Joe apoia a luta do SINFOR pelo Parque Capital

Nas gestões para acelerar a concretização do Parque Tecnológico Capital Digital, o SINFOR tem contado com o apoio do deputado distrital Joe Valle, que desde o início deste mandato esteve à frente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Legislativa do DF.

Ele levou o presidente do SINFOR, Ricardo Caldas, e o diretor Artur Milhomen para discussões iniciais com o presidente da Terracap, Alexandre Navarro, visando acelerar os procedimentos do PTCD (foto).

Joe Valle assumiu em outubro de 2015 o cargo de secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do GDF, mas não deixa de trabalhar junto com o SINFOR para que o Parque Tecnológico se torne realidade.

Busca de parcerias e inovações



Suely Maria da Silva

Primeira vice-presidente do SINFOR-DF

Dirijo uma empresa de tecnologia desde 1988 (Wise Informática) e sei, na prática, como será importante o Parque Tecnológico Capital Digital.

Formei-me em Engenharia Elétrica e pouco depois criei a Wise, que a princípio funcionava na 215 Norte. Em 2001, graças ao programa do GDF chamado de Prodecom (antecessor do Pró-DF), pude inaugurar a sede onde funcionamos hoje, no Parque Tecnológico Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante.

Nesses 14 anos, embora com boas instalações, percebemos como faz falta um projeto como o PTCD. O Bernardo Sayão não tem instalações coletivas, para uso das empresas de tecnologia ali instaladas. Para complicar, com o tempo o polo industrial teve sua destinação alterada, deixando de ser um polo específico de TI.

Num polo como o Bernardo Sayão, as empresas de tecnologia estão distantes umas das outras, com dificuldade de estabelecer parcerias.

O PTCD é um grande trunfo para o nosso desenvolvimento, pois nos proporcionará uma rede de relacionamentos, uma cadeia de empresas da área de Tecnologia da Informação. Poderemos abrir o leque, com novos nichos de mercado. Estaremos em busca de parcerias e de inovações.

O SINFOR tem papel destacado neste processo, pois foi dentro deste nosso Sindicato que surgiu a idéia de se produzir o Parque Tecnológico Capital Digital.

Vejo o SINFOR como agente aglutinador das empresas de TI mais diversificadas, representando todas as tendências inovadoras, de modo a povoar o PTCD.

Nosso Sindicato inclusive já integrou o Grupo Gestor do Parque Tecnológico e está buscando retomar esse protagonismo, com apoio da Fibra, que valoriza muito também a criação do PTCD.

Dirijo uma empresa de tecnologia desde 1988 (Wise Informática) e sei, na prática, como será importante o Parque Tecnológico Capital Digital.

Formei-me em Engenharia Elétrica e pouco depois criei a Wise, que a princípio funcionava na 215 Norte. Em 2001, graças ao programa do GDF chamado de Prodecom (antecessor do Pró-DF), pude inaugurar a sede onde funcionamos hoje, no Parque Tecnológico Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante.

Nesses 14 anos, embora com boas instalações, percebemos como faz falta um projeto como o PTCD. O Bernardo Sayão não tem instalações coletivas, para uso das empresas de tecnologia ali instaladas. Para complicar, com o tempo o polo industrial teve sua destinação alterada, deixando de ser um polo específico de TI.

Num polo como o Bernardo Sayão, as empresas de tecnologia estão distantes umas das outras, com dificuldade de estabelecer parcerias.

O PTCD é um grande trunfo para o nosso desenvolvimento, pois nos proporcionará uma rede de relacionamentos, uma cadeia de empresas da área de Tecnologia da Informação. Poderemos abrir o leque, com novos nichos de mercado. Estaremos em busca de parcerias e de inovações.

O SINFOR tem papel destacado neste processo, pois foi dentro deste nosso Sindicato que surgiu a idéia de se produzir o Parque Tecnológico Capital Digital.

Vejo o SINFOR como agente aglutinador das empresas de TI mais diversificadas, representando todas as tendências inovadoras, de modo a povoar o PTCD.

Nosso Sindicato inclusive já integrou o Grupo Gestor do Parque Tecnológico e está buscando retomar esse protagonismo, com apoio da Fibra, que valoriza muito também a criação do PTCD.

Foto: Bruno Domella



Celina Leão

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Cristiano Araújo

Deputado distrital e ex-secretário de Ciência e Tecnologia do DF

O PTCD permitirá que Brasília mostre potencial e vocação para a tecnologia. Com o funcionamento do Parque Digital, a previsão é que até 700 empresas de TI estejam neste setor, movimentando R\$ 5 bilhões por ano e empregando pelo menos 40 mil pessoas.

O Parque atrai uma indústria não-poluente, baseada em capital humano e com uma forte demanda no mercado nacional e internacional, conforme os estudos já feitos. É fato que o DF tem o terceiro maior mercado de TI do país e que o Brasil é o sexto maior mercado do mundo. A luta do SINFOR pelo Parque Digital é muito importante. A Câmara Legislativa do Distrito Federal pode contribuir votando e aprovando projetos que permitam que o DF cresça ainda mais nesta área.

Há muitas iniciativas neste sentido. A CLDF está aberta para recebê-las, analisá-las e contribuir com o crescimento e desenvolvimento do DF.

Vivemos momento de instabilidade econômica mundial, no qual se destacarão iniciativas que quebrem paradigmas, na busca por tecnologia e inovação. O Parque Digital coloca Brasília em novo patamar econômico, capaz de garantir condições para buscar o desenvolvimento sustentável da economia, melhores remunerações para os trabalhadores e opções de mercado para investidores.

O Parque vai transformar Brasília em um polo de desenvolvimento no que diz respeito ao setor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Tornará o DF num centro logístico nessa área, distribuindo produtos para todo o Centro-Oeste e outras partes do Brasil. Como deputado distrital, não medirei esforços no sentido de continuar dando a minha contribuição para consolidar o Parque Tecnológico, o nosso “Vale do Silício”. A vocação de nossa cidade está voltada para o futuro. Acho fundamental o papel do SINFOR-DF, que não se cansa de defender o projeto, além de atuar na integração das empresas do setor.

JK, mais atual do que nunca

Foto: Lais Rodrigues



TRECHOS DO DISCURSO FEITO PELO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, EM 21 DE ABRIL DE 1960, NA INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA

“Não vos preciso recordar, nem quero fazê-lo agora, o mundo de obstáculos que se afiguravam insuportáveis para que o meu Governo concretizasse a vontade do povo, expressa através de sucessivas constituições, de transferir a Capital para este planalto interior, centro geográfico do País, deserto ainda há poucas dezenas de meses.”

“Quando aqui chegamos, havia na grande extensão deserta apenas o silêncio e o mistério da natureza inviolada. No sertão bruto, iam-se multiplicando os momentos felizes em que percebíamos tomar formas e erguer-se por fim a jovem Cidade. Vós todos, aqui presentes, a estais vendo, agora, estais pisando as suas ruas, contemplando os seus belos edifícios, respirando o seu ar, sentindo o sangue da vida em suas artérias.”

“Somente me abalcei a construí-la quando de mim se apoderou a convicção de sua exequibilidade por um povo amadurecido para ocupar e valorizar plenamente no território que a Providência Divina lhe reservara.”

“Pesou, sobretudo, em meu ânimo, a certeza de que era chegado o momento de estabelecer o equilíbrio do País, promover o seu progresso harmônico, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras, forçando o ritmo de nossa interiorização.”

“No programa de metas do meu Governo, a construção da nova Capital representou o estabelecimento de um núcleo, em torno do qual se vão processar inúmeras realizações outras, que ninguém negará fecundas em consequências benéficas para a unidade e a prosperidade do País.”

“Olhai agora para a Capital da Esperança do Brasil. Ela foi fundada, esta cidade, porque sabíamos estar forjada em nós a resolução de não mais conter o Brasil civilizado numa fimbria ao longo do oceano, de não mais vivermos esquecidos da existência de todo um mundo deserto, a reclamar posse e conquista.”

“Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria, despertada, enfim, para o seu irresistível destino de criação e de força construtiva”.

“Explicai a vossos filhos o que está sendo feito agora. É sobretudo para eles que se ergue esta cidade síntese, prenúncio de uma revolução fecunda em prosperidade. Eles é que nos hão de julgar amanhã.”

O protagonismo do Sinfor-DF



**Izalci
Lucas**

Deputado federal e ex-secretário de Ciência e Tecnologia do DF

O Parque Tecnológico Cidade Digital é o mais importante projeto de Brasília. É, de fato, a consolidação da capital, sua independência e seu futuro.

Com o Parque, serão criados cerca de 20 mil empregos diretos e 60 mil indiretos. Triplicaremos o faturamento do setor e agregaremos muitos outros.

Brasília não consegue mais viver do funcionalismo público. Precisamos gerar empregos e temos a possibilidade de fazer isso com uma indústria limpa. A indústria da tecnologia é hoje a mais importante do mundo porque está presente e necessária em todas as áreas do conhecimento.

Temos que seguir a vocação de nossa capital, que foi criada sob a égide da modernidade e da inovação. Como bem disse o presidente JK, “é inútil fechar os olhos à realidade. Se o fizermos, a realidade abrirá nossas pálpebras e nos imporá a sua presença”.

Acredito que o PTCD pode se tornar uma referência até no exterior. Já temos os datacenters dos nossos dois maiores bancos

Maquete encomendada pelo então secretário Izalci Lucas mostrava como poderia ser o projeto do PTCD



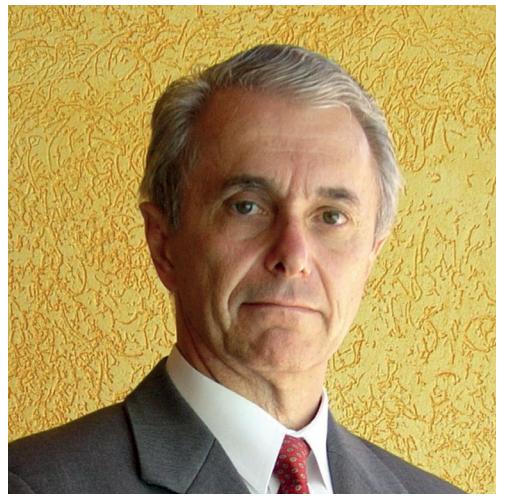
estatais. Além disso, as nossas empresas de tecnologia e inovação, bem como os nossos institutos de pesquisa, certamente virão se estabelecer no Parque, sobretudo, pelas condições de mobilidade e espaço.

A indústria da inovação tem interesse em abrir plantas no DF. Isso nós sabemos. A localização do Parque na capital do país é um grande atrativo para as instituições de pesquisa e inovação, bem como para as empresas.

Além disso, o Parque fica a poucos quilômetros do centro do poder, onde são tomadas as grandes decisões do país. É um espaço magnífico e já está pronto para receber a indústria da inovação do Brasil e do mundo.

O SINFOR é o principal parceiro nessa empreitada de implantação do Parque Tecnológico Capital Digital. Durante os últimos anos, travou uma luta diária contra o atraso daqueles que não souberam enxergar a importância do Parque para a nossa capital. Não fosse esse empenho, nem os datacenters teriam prosseguido.

Agora é hora de consolidar de vez o Parque e eu sei que o SINFOR terá papel preponderante neste desafio. Mas, para isso, é preciso juntar todas as forças progressistas de nossa capital e concretizar o Parque Digital para os que chegam agora e, sobretudo, para aqueles que farão a história futura de Brasília e do Brasil.



**Roberto
Spolidoro**

Pesquisador e consultor em Habitats de Inovação (incluindo Parques Tecnológicos, Incubadoras de Empresas e Tecnópoles) e Processos Inovadores de Desenvolvimento Regional. Foi um dos consultores SINFOR-DF na elaboração do projeto conceitual do Parque Tecnológico Capital Digital, em 2002. O resultado foi o livro Diretrizes Funcionais para o Parque Capital Digital – elaborado em parceria com Helena Fischer – e publicado pelo SINFOR-DF em 2003.

A importância da criação do Parque Tecnológico Capital Digital foi reforçada, nos últimos cinco anos, pela tendência da estruturação de parques tecnológicos empresariais, em especial no setor de informática, no tecido urbano de importantes cidades do cenário mundial, como Londres, no Reino Unido; Lyon, na França; e Boston, nos Estados Unidos.

Hoje, no Distrito Federal, com o desenvolvimento acelerado de áreas como o Centro de Atividades do Lago Norte e o Setor Noroeste, o PTCD enquadra-se perfeitamente na categoria de parque tecnológico empresarial no tecido urbano.

Para que Brasília tenha uma indústria de informática significativa e competitiva em âmbito internacional, a cidade deve promover a implementação de requisitos fundamentais, como a estruturação e operação do PTCD, compreendido como um parque tecnológico empresarial no tecido urbano em área disponibilizada pelo Governo do DF.

Não pode ser esquecida a realização de projetos cooperativos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em temas relevantes, reunindo empresas, universidades e governo, de modo a unir forças e intensificar a geração e o desenvolvimento das empresas que povoarão as incubadoras e aceleradoras de empresas, o Parque Tecnológico Capital Digital e os parques científicos e tecnológicos vinculados a universidades no DF.



Experiência mundial

A questão da mobilidade é importante. Prevê-se a extensão do Metrô até Sobradinho, passando pelo Parque Tecnológico Capital Digital, e também até o Aeroporto de Brasília, de modo a elevar a qualidade de vida no DF e ampliar a sua interação com as demais regiões inovadoras do país e do mundo.

A implantação do PTCD poderá ganhar velocidade se o SINFOR promover a atualização do Projeto Conceitual para o Parque, como uma sequência do estudo publicado em 2003.

O trabalho deverá analisar as mudanças em âmbito mundial quanto a parques tecnológicos. Devem ser incluídos distritos de inovação, além de experiências de sucesso e fracasso em nível internacional.

Precisam também ser identificados ensinamentos e as suas implicações para Brasília, apresentando recomendações atualizadas para a ação.

E deve ser reconhecido o significativo esforço realizado, desde 2002, por todos os atores envolvidos no Parque, destacando-se o Governo do DF, a Fibra, o Sebrae, o SINFOR, as empresas de informática, a Universidade de Brasília e as demais instituições de ensino superior e pesquisa, órgãos do Governo Federal, a Câmara Distrital e o Congresso Nacional.



Sem afetar a fauna e a flora

**Francisco
Palhares**

Ex-superintendente do Ibama-DF

Quando se fala em Parque Tecnológico Cidade Digital, estamos nos referindo à tecnologia de ponta, de alto conhecimento.

O PTCD nasceu da perspectiva de transformar Brasília em um polo de desenvolvimento de tecnologia, representando um setor que não traz impacto de grande monta sobre os recursos naturais.

Portanto, as características do Parque Tecnológico não afetam a fauna e a flora da região Microgeoparque Nacional de Brasília, uma área de preservação fundamental no Planalto Central.

A ideia é que o Parque seja uma referência tecnológica internacional. Por isso, foram feitas visitações a outros espaços semelhantes no mundo inteiro, como o de Singapura, por exemplo.

Foi mediante vários estudos que o projeto do Parque Tecnológico Capital Digital de Brasília foi moldado.

Apesar de gerar empregos de alta performance, este não é o foco do PTCD. Seria apenas uma consequência natural do objetivo para o qual foi criado: ser um centro de geração, estudos e inovação tecnológicos.

A Parceria PÚblico Privada proposta pelo Governo Rollemberg pode ser uma alternativa viável de concretizar de forma objetiva o Parque Tecnológico. Entretanto, a parte científica e intelectual da cidade deveria se organizar e defender que o perfil do Parque seja realmente voltado para a geração de tecnologia e desenvolvimento.

Brasília tem capital humano intelectual para implantar o PTCD. Nossa cidade tem muitas universidades. É um centro privilegiado, pelas condições empregatícias, pois existem pessoas com especialização na área, o que transforma o PTCD em estratégico e absolutamente adequado para a economia do DF.

Infelizmente, o projeto tem andado a passos muito lentos. Estamos demorando em implantar o nosso Parque. Com isso, perdemos espaço para Minas Gerais e São Paulo, estados que já estão mais avançados nesse processo.

O terreno do PTCD é ocupado por vegetação típica do cerrado, sujeita a acidentes climáticos, mas preservada na origem

Existe ambiente favorável no DF



**José Carlos
Moreira De Luca**

Pioneiro da TI no DF

O objetivo do Parque Tecnológico é promover desenvolvimento, emprego, renda e qualidade de vida, mas o projeto só se consolida se investirmos na ida das empresas emergentes. Temos que investir em capital humano, em inteligência. Penso que hoje o hardware já não tem tanta importância. O principal é a inteligência embutida nele, que está no software.

A grande vantagem do PTCD é que ele dará concretude à pesquisa científica que é feita nas instituições de ensino. O pessoal da universidade não tem obrigação de produzir, a não ser que seja uma empresa incubada no CDT, que queira desenvolver projetos.

A grande vantagem desse Parque, dentro do modelo proposto, é que essa parte de pesquisa aplicada vá para dentro do PTCD.

Pessoalmente, acho que nós não devemos circunscrever Tecnologia da Informação. Eu acho que devemos ampliar o objetivo.

Qualquer coisa que seja pesquisa tecnológica em qualquer área é vantajosa, até na área de serviços. Porque Brasília é uma cidade quaternária. A economia daqui é de serviços, tanto serviços públicos como privados. Aí poderemos entrar na área de Biotecnologia, na área da Saúde...

De 2007 para cá, infelizmente, na prática, nada foi conquistado. Todos os atores com quem conversamos na época, tanto na área federal, quanto no GDF, têm que ser reconquistados.

Porque não há crédito para este projeto do PTCD. O governador Rodrigo Rollemberg sempre ajudou o projeto enquanto era deputado e senador. Quando tomou posse como governador, foi lá e disse que era uma prioridade do governo dele.

Na verdade, entre a vontade dos dirigentes e a verdadeira vontade de realizar existe uma diferença muito grande. Também é assim com os empresários.

O SINFOR e a Assespro são fundamentais para a implantação desse Parque Digital. Ricardo Caldas, hoje presidente do SINFOR, foi muito importante na época da criação do Parque Digital.

Ele teve a experiência de levar a sua empresa para um local como o Setor de Indústrias Bernardo Sayão. Várias empresas de TI foram para lá. Depois,

esse setor foi aberto para outras empresas. Acho que esse foi um momento que nos deu uma lição para hoje: não devemos ser herméticos.

Temos várias empresas no DF que já viveram uma experiência do programa Sofitex, quando nós tínhamos um local para as empresas brasileiras funcionarem nos EUA, próximo a Miami.

Vemos que hoje já existe um ambiente favorável para o PTCD aqui em Brasília. Quando trazemos grandes parceiros internacionais do setor, eles precisam de pessoas treinadas e capacitadas. Consequentemente, isso gera empregos.

Penso que o governo precisa colocar um marco regulatório. Isso atrairia as empresas internacionais a se instalarem aqui.



Vale do Silício educacional

O Parque Tecnológico Capital Digital é uma ideia que nasceu dentro do Sindicato da Indústria da Informação do DF, em virtude da importância desse setor, da capacidade de geração de emprego e renda, e de sua completa adaptação às condições de Brasília.

Temos um verdadeiro Vale do Silício educacional no DF, com 82 cursos superiores reconhecidos pelo MEC. Mas, no lugar de exportar produtos, estamos exportando mão de obra qualificada. Ao criar o PTCD, nós poderemos reter esses jovens aqui.

Quem gera inovação nesse ramo de TI são as pequenas e as médias empresas, capitaneadas por esses novos empreendedores. Mas não podemos ignorar que as grandes empresas também contribuem para o desenvolvimento do setor, porque têm o capital necessário para comprar e distribuir a inovação.

É importante que todas essas empresas estejam próximas, tenham essa sinergia e se complementem. Desta maneira, o mercado cresce para todos.



**José
Pereira**

*Empresário, ex-presidente
da Assespro Nacional*

O Parque Tecnológico Capital Digital foi pensado para adotar um modelo misto, onde poderemos ter uma área maior para empresas maiores, como Banco do Brasil e outras empresas de hardware vindas de fora.

E poderemos ter áreas onde o governo ou empresas privadas possam construir grandes prédios, sublocando-os para incubadoras de empresas.

A tecnologia a ser desenvolvida no PTCD pode ser usada nos mais diversos setores, inclusive em prol da sociedade, numa espécie de Tecnologia Social do Parque Capital Digital.

As empresas instaladas poderão dar, como contrapartida, soluções inteligentes, facilitando a vida dos brasilienses.

Imagine poder eliminar a fila nos hospitais públicos, tendo em cada terminal do Metrô ou nas delegacias de polícia uma tecnologia que indique onde aquele especialista que o cidadão procura está lotado?

A pessoa não teria que sair de hospital em hospital perdendo o dia atrás de atendimento. E esta é apenas uma das possibilidades. Poderemos fazer de Brasília um exemplo do uso de tecnologia para o bem de todos.



Não é preciso reinventar a roda

**Adriano
Amaral**

Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do DF

O Parque Tecnológico Capital Digital é superimportante e tem tudo a ver com Brasília. É um tipo de indústria não-poluente e saudável, compatível com as realidades demográficas e de território de Brasília.

O DF tem um tipo de mão de obra que poderá suprir a necessidade do Parque. Então, é um destino muito bom para se colocar um Parque Tecnológico.

O projeto gera empregos qualificados, que remuneram bem, e onde a pessoa aprende muito – podendo crescer dentro da empresa ou mesmo empreender, abrindo o próprio negócio.

Para Brasília, que tem limitações, pois não consegue trazer indústria pesada, de fabricação, e a nossa economia depende muito de serviços, contar com uma indústria de tecnologia tem tudo a ver.

O Parque acaba gerando uma mão de obra qualificada, saindo dessa dependência de mão de obra que se destina a trabalhar no governo. Acaba sendo uma concorrência boa, que pode atrair bons talentos para trabalhar nessas atividades empresariais.

O Parque pode ser uma referência nacional e internacional, se algumas condições forem atendidas. O fato de se juntar várias empresas num cluster, num aglomerado, dentro do que a gente está chamando de Parque, permite a possibilidade de se compartilhar equipamentos e serviços.

Se conseguirmos fazer isso, será uma referência única na América Latina e trará muita competitividade para as empresas instaladas no PTCD.

As empresas acabam tendo uma economia de escala, conseguem compartilhar serviços como limpeza, segurança, compartilhar banda larga a preços mais baratos, serviços jurídicos, de contabilidade, etc.

Além do compartilhamento de serviços, também há a possibilidade de compartilhamento de equipamentos. Ou seja, os laboratórios centrais podem ser compartilhados por um grupo de empresas.

Assim, evita-se que cada empresa tenha que investir individualmente. Não é preciso reinventar a roda.



Existe ainda um ambiente que permite a competitividade diferenciada das empresas que ali se instalaram. Assim, quem estiver instalado no Parque conseguirá empreender e produzir de forma muito competitiva, gerando riqueza para a nossa região e para o nosso país como um todo.

É importante que toda a população de Brasília tome conhecimento do projeto do Parque Tecnológico. Se todos souberem dos benefícios que esse Parque Tecnológico pode trazer para a nossa região, a gente terá a população inteira – não apenas os diretamente beneficiados que vão trabalhar lá dentro – apoiando o projeto e tendo orgulho dele.

Fazendo um paralelo... Todo mundo de Brasília tem orgulho dos Hospitais Sarah Kubitschek. Por mais que a gente não esteja usando, a gente sabe que está lá e é um diferencial, é um modelo de excelência que outros vêm buscar. É um orgulho para todo mundo de Brasília.

Será o caso do PTCD.

Sessenta mil pessoas no PTCD

Claynor Mazzarolo

Presidente do Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação - IBTI

Existe entendimento internacional de que um Parque Tecnológico é uma iniciativa para que determinada região possa se utilizar de áreas de conhecimento intensivo para o desenvolvimento econômico e social, sobretudo com a geração de negócios, geração de empregos e geração de novas empresas de base tecnológica.

A importância do Parque Tecnológico Capital Digital para Brasília é consolidar um setor como o de Tecnologia de Informação (TI) como sendo gerador de novos produtos e novos serviços, e que isso possa ser vendido em outras regiões do Brasil e até internacionalmente.

O PTCD foi pensado para garantir que empresas, de forma individual ou compartilhada, possam utilizar uma série de equipamentos e espaços que propiciem inovação e desenvolvimento; e também apoiar incubadoras e aceleradoras de negócios.

Entretanto, além da área física, deve-se ter uma política de governo e estado que se preocupe com a formação de capital humano, formação de empreendedores, a mudança do perfil das empresas – para que tenham a visão e a oportunidade de atenderem não apenas ao mercado local, mas também ao nacional e ao internacional.

A junção de iniciativas é que pode fazer um projeto de desenvolvimento como este ser bem sucedido.

Para se ter uma ideia, o Parque Tecnológico Capital Digital de Brasília tem um potencial construtivo de aproximadamente 958 mil m². Para a área de Tecnologia de Informação, estamos falando de colocar por volta de 60 mil pessoas trabalhando nesse ambiente.

Num universo desses, você tem a possibilidade de atrair desde pequenas até grandes empresas.

Tem aquelas de perfil internacional, como os grandes produtores, a exemplo de IBM, Microsoft e assim por diante.

Há médias empresas, também com caráter internacional, sobretudo na área de desenvolvimento e implementação de sistemas.

E ainda uma terceira categoria, que são as pequenas empresas, que devem ser criadas aqui no DF e que serão um grande fator de desenvolvimento a médio e longo prazo.

Mas, para que as grandes empresas, sobretudo as empresas com perfil de fornecedores de tecnologia internacional, se instalem aqui no DF, é preciso haver uma política de atração.

Hoje, a atratividade de Brasília é muito grande para a área comercial dessas empresas e não para a área de desenvolvimento de produtos ou tecnologia, que é onde seguramente se tem a condição de se atingir a oferta de uma melhoria da empregabilidade aqui no DF. E isso tem que mudar.

O Parque Tecnológico Capital Digital nos dá a possibilidade de fazer uma mudança na matriz econômica do DF, onde prepondera o serviço público.

O envolvimento da população nessa proposta é importantíssimo. Ela tem que pressionar as autoridades para que tomem as providências necessárias, viabilizando um projeto desse tipo.

O PTCD tem um prazo de maturação de 15 a 20 anos, o que quer dizer que passa, no mínimo, por cinco mandatos de governadores.

Ou seja, o novo governo não pode entrar e achar que os anteriores optaram por caminhos errados, para começar tudo de novo.

Tem que haver uma continuidade. Por isso, o apoio da sociedade civil é fundamental para que o projeto não se perca.



Destaque para o empresariado



Foto: Cristiano Costa (Fecomércio)

Adelmir Santana

Presidente da Fecomércio – Federação do Comércio do Distrito Federal

A criação do Parque Tecnológico Capital Digital é uma iniciativa grandiosa, pois todos os parques tecnológicos que visam o avanço do conhecimento merecem os nossos aplausos.

Não se pode ficar na mesmice. É preciso inovar sempre e buscar fomentar os agentes do conhecimento em ambientes que propiciem a pesquisa e o empreendedorismo, como o PTCD prevê em sua estrutura.

A concepção do Parque foi muito bem idealizada, quando jovens empresários, aliados ao então presidente do SINFOR, Antônio Fábio Ribeiro, o imaginaram.

Depois, o governo deu um viés mais imobiliário para o projeto. Creio que deveria haver uma participação menor do Estado. Os próprios participantes e interessados devem formar um consórcio e buscar a gestão do Parque Tecnológico e de seus interesses.

A presença da Caixa Econômica e do Banco do Brasil na área do Parque Tecnológico Capital Digital revela um pouco do viés da economia brasileira, onde os bancos públicos e as empresas estatais são os agentes que elaboram a política de desenvolvimento.

Seria muito bom que o PTCD fosse ocupado também pelos diversos segmentos da iniciativa privada, como a indústria química e farmacêutica, o setor automobilístico (principalmente na área de pesquisa) e de agronegócio e ciência.

Tenho a compreensão de que todos devem se unir para que seja criado um consórcio de administração do Parque Tecnológico Capital Digital fora do ambiente do governo, no sentido de que a gestão fique a cargo dos grupos, empresários e investidores participantes, de forma transparente e democrática.

DF, região da indústria criativa

Cláudio Chauke

Professor da Universidade Católica de Brasília

A natureza de um parque digital é trazer para a sociedade competências que se integrem aos setores produtivos ou mesmo ao próprio governo, agregando mais valor aos recursos que são investidos no país.

Com o Parque Tecnológico Capital Digital, o DF tem a oportunidade de trabalhar melhor o entretenimento digital e ser conhecido como a região da indústria criativa. Essa é a natureza de Brasília: unir gestão de criatividade com sustentabilidade.

Muito foi feito nesses últimos vinte anos para implantar o PTCD. Não é por falta de ideias e projetos bons que ele não existe. O que se torna necessário é torná-lo viável.

A questão, agora, é fazer uma coletânea do que já foi proposto, analisar o que tem de bom, fazer uma rápida adaptação para a realidade que nós vivemos hoje e implantar o Parque.

Se não o fizermos rápido, Brasília perderá muitas oportunidades nessa área. E quem sai perdendo com isso é a nossa região. Já temos um espaço físico definido, mas a atuação deve ser nacional e global.

Precisamos colocar inteligência estratégica nesse processo, para entender qual é a demanda hoje de mercado. E devemos nos organizar para fazer o que é necessário.

Acho que o PTCD abre oportunidades gigantescas para Brasília, mas o tempo está passando muito rápido e temos que dar uma resposta tão rápida quanto necessário.



Brasília tem o segundo maior mercado de Tecnologia da Informação do Brasil. A gente tem realmente um potencial de consumo por tecnologias inovadoras na área de TI.

Além disso, Brasília é a capital do país. Recebe pessoas, empresas e governos das mais diversas naturezas, nacional e internacional. Isso deixa a cidade na posição de competir, inclusive internacionalmente, com as soluções que eventualmente venham a ser produzidas aqui.

A gente já tem uma tradição de ter empresas com desenvolvimento e soluções de TI criadas aqui no DF. Isso já acontece há muito tempo.

A intenção do Parque Tecnológico Capital Digital é justamente organizar, canalizar e induzir esse desenvolvimento, para que a gente tenha um ganho de escala.

O PTCD é muito mais que só o processo de produção. Ele é o processo de colocação desses produtos no mercado também. A intenção é que o Parque tenha todos os mecanismos capazes de apoiar as empresas para que elas produzam soluções inovadoras.

Um parque tecnológico é um ecossistema. Ou seja, a gente cria todas as condições necessárias para que todos os serviços demandados pelas startups ou mesmo pelas

grandes empresas estejam disponíveis, sem que elas tenham que, individualmente, se preocupar com isso.

Ou seja, o Parque vai oferecer serviços como o de apoio à elaboração de projetos, de captura de capital de oportunidades, de divulgação das inovações que estão sendo feitas em nível nacional e internacional, de infraestrutura com acesso a vídeo conferência, a laboratórios computacionais...

Esse é um dos desafios: colocar os mecanismos para funcionar. Mas o principal desafio para a implantação do Parque Tecnológico Capital Digital é se articular com todos os agentes que precisam estar envolvidos de uma maneira correta.

O projeto do PTCD, que já está se maturando há 20 anos, ainda não deu o resultado esperado pela ausência dessa articulação. Não conseguimos fazer com que todos os atores que precisam estar envolvidos realmente se comprometam com a continuidade.

Os atores clássicos são academia, governo e empresas. A gente tem que ter o alinhamento desses três setores, para que o DF tenha o start do PTCD acontecendo.

O Parque é um ecossistema

Ricardo Puttini

Professor da UnB

Espaço para o empreendedor



Foto: Arquivo UnB

Luis Bermudez

Professor da UnB e presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-DF

Sou um incentivador e acho que o Parque Capital Digital é um mecanismo inovador para alavancar o desenvolvimento econômico, baseado em empreendedorismo.

Isso significa criar ambiente para que as empresas e os empreendedores consigam se apoiar, principalmente para os negócios e para a inovação.

Fazendo uma comparação: o parque científico e tecnológico está para as empresas inovadoras como o shopping está para os grandes negócios de comércio.

Você vai a uma grande livraria em um shopping, não na rua. Isso porque essas livrarias são inovadoras, costumam ter um café, estimulam debates sociais, políticos e econômicos, ou seja, possuem um clima certo.

Um parque tecnológico é um mecanismo da sociedade para atrair esses empreendimentos e colocá-los juntos, não dependentes do Estado, embora com o apoio do Estado. É meio paradoxal e alguns podem dizer que, em Brasília, é quase impossível não depender do Estado.

Na verdade, é quase impossível não depender do Estado cliente. O Estado tem que ser visto como um cliente, não como o mantenedor. Então, os parques tecnológicos têm mostrado isso, como no grande desenvolvimento da China.

Acabo de voltar de uma viagem à China, em uma missão da Anprotec, onde visitei parques tecnológicos na Conferência Mundial da Associação Internacional de Parques Tecnológicos (IASP, na sigla em inglês).

A China utiliza estes parques tecnológicos para o seu desenvolvimento, para a produção de inovações para sua sociedade.

No Brasil, nós temos casos como em Recife, Porto Alegre, São José dos Campos e outros, em uma série de modelos variados.

Brasília precisa encontrar o seu modelo. Isso é o que nos falta ainda. Isso porque nos falta um bom desenvolvimento econômico e social baseado no empreendedorismo inovador.

Eu entendo que Brasília, que foi referência por provocar desenvolvimento para o interior do Brasil, agora tem tudo para promover o empreendedorismo sadio e inovador.

Temos que ser bons empreendedores e oferecer produtos e serviços inovadores.

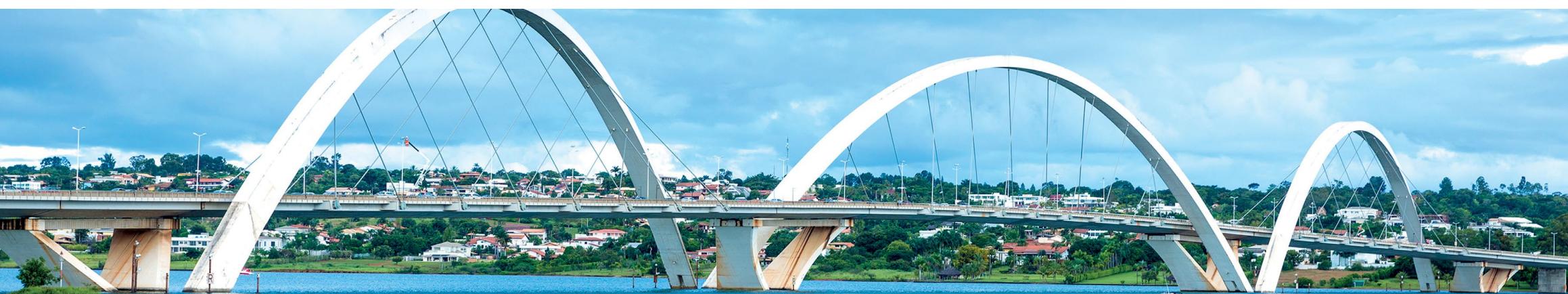
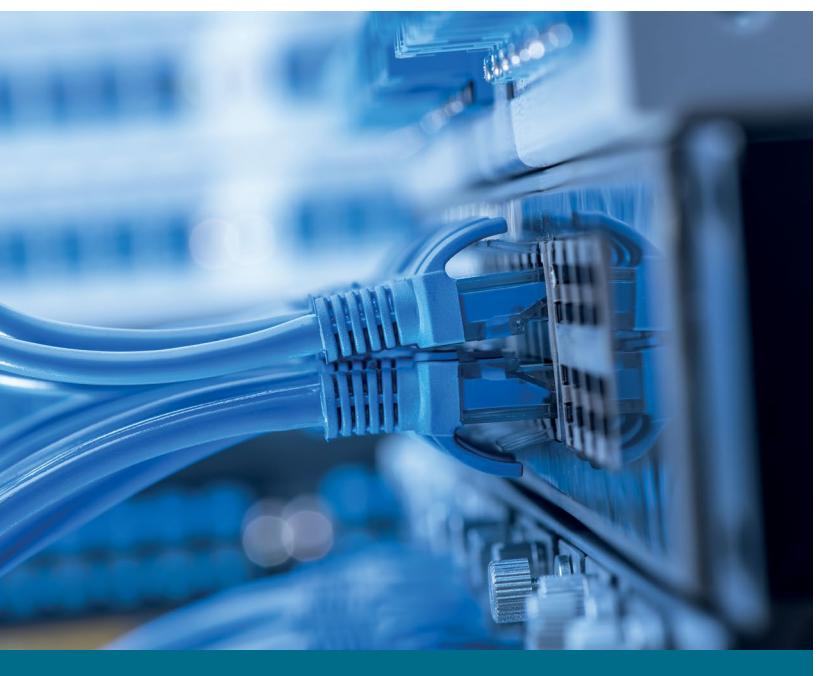
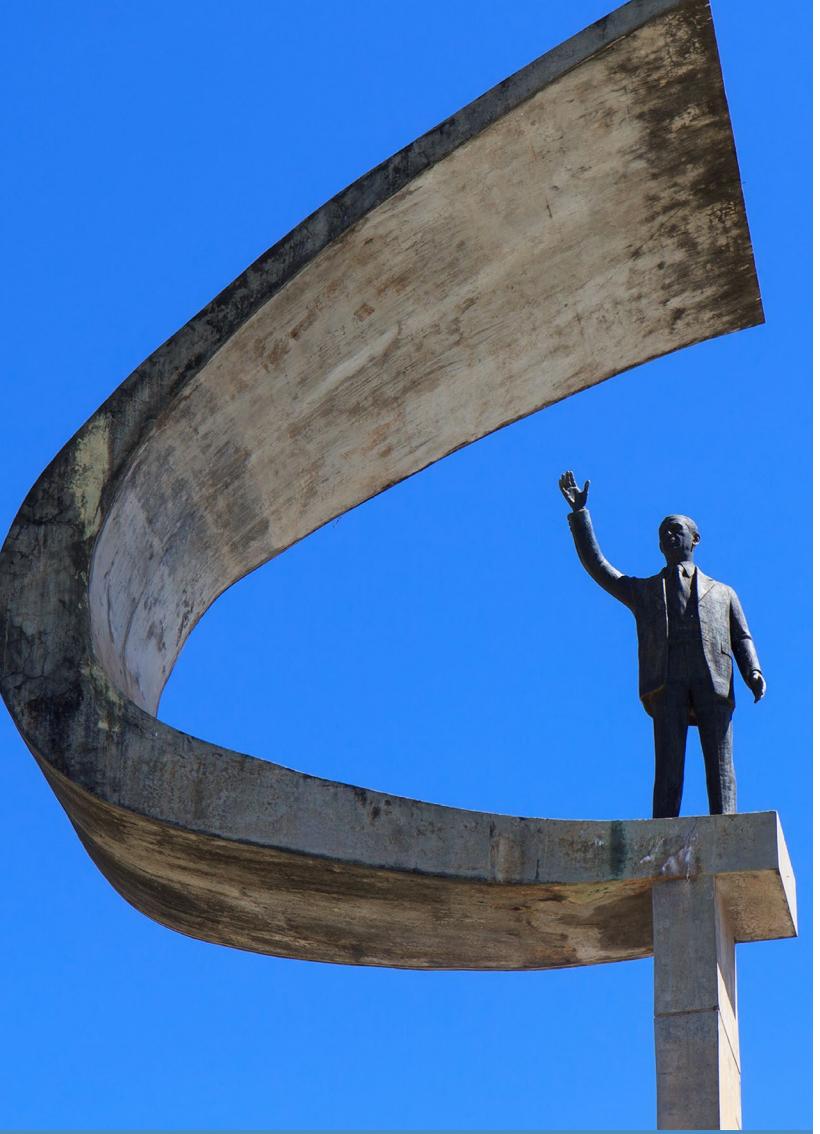
É o que eu espero do PTCD. Acho que o SINFOR entendeu isso desde o início, sabendo que precisamos de uma tecnologia inovadora.

O SINFOR tem um papel importante no processo e uma grande capacidade de articulação com o setor empresarial. Esse é um caminho cheio de pedras. Talvez por isso o nosso parque ainda não se consolidou, para promover o desenvolvimento do setor.

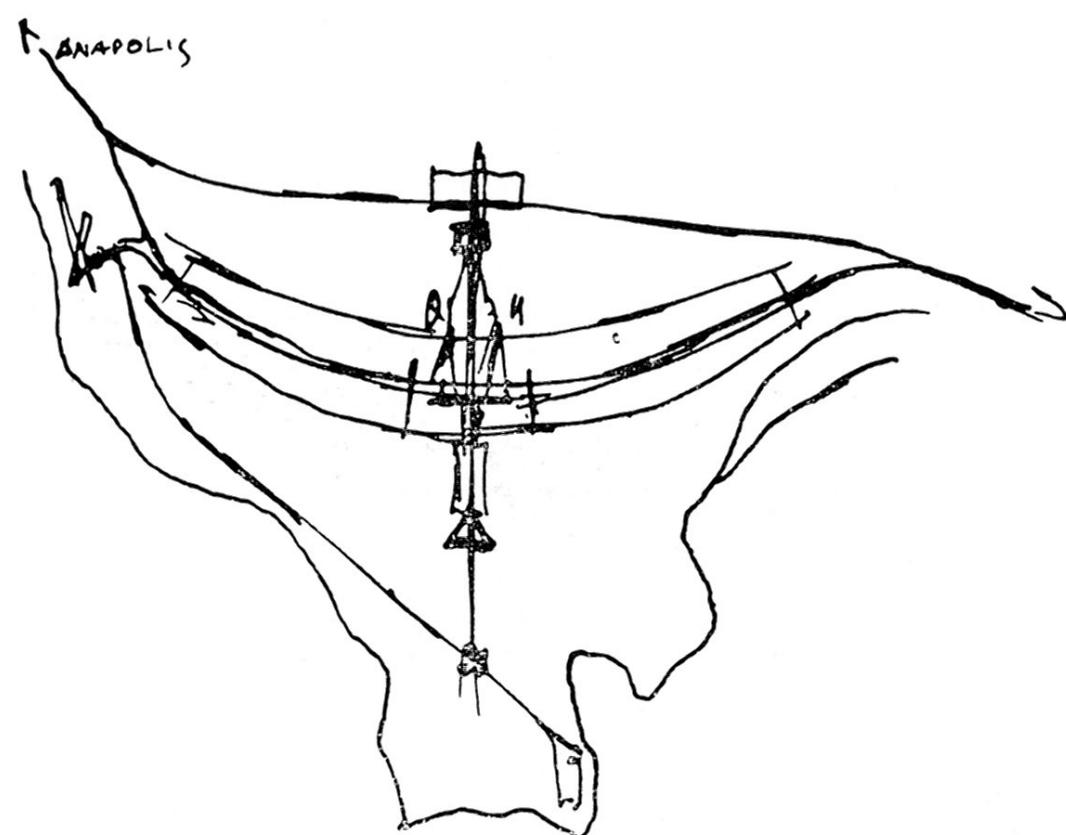
Mas eu estou muito otimista. A crise que estamos passando em Brasília vai nos levar a pensar em saídas.

Acho que o PTCD pode ser uma dessas saídas. Não será a panaceia, mas pode ter pontos de atração de novos investimentos, de geração de renda, geração de produtos e serviços inovadores, tanto para o Estado como para a sociedade.





Referência para criar o PTCD



O Termo de Referência elaborado em 2005 pela Terracap, para orientar os trabalhos do Parque Tecnológico Capital Digital, ainda hoje serve de experiência para o projeto.

Esse Termo de Referência explica que os parques tecnológicos são uma tendência mundial, evidenciada pelo crescente número de experiências bem sucedidas, especialmente nos países desenvolvidos.

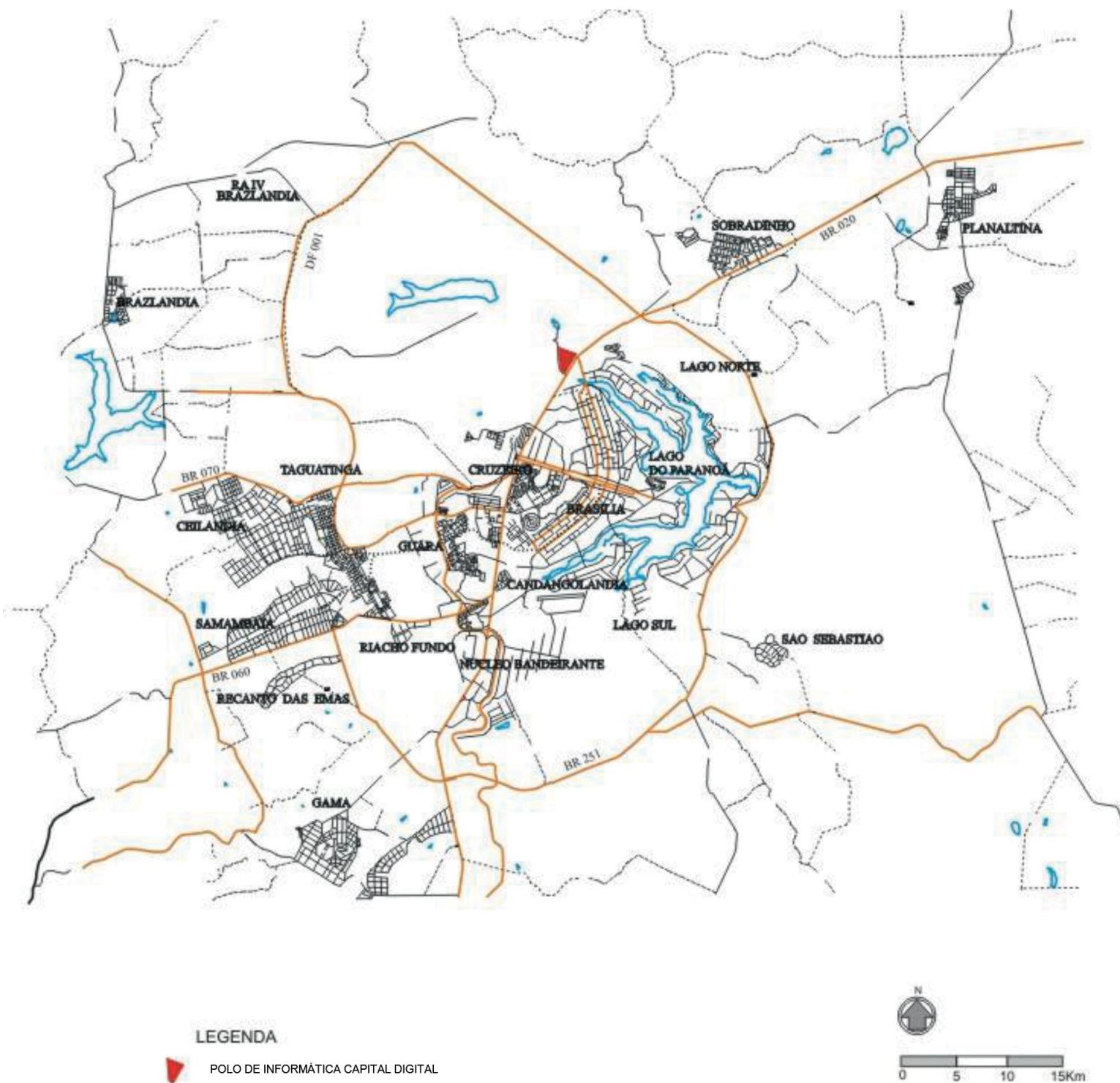
No Brasil, ainda na década de 1980, os parques tecnológicos ganharam um incentivo concreto para sua implantação. Naquela época, porém, faltava no país o necessário contingente de empresas de base tecnológica para sustentação de projetos dessa natureza.

Embora as primeiras iniciativas de parques tecnológicos no Brasil tenham se dado em 1984, devido ao apoio e fomento do CNPq, somente nos últimos anos esse processo floresceu.

Atualmente, no Brasil, estão em funcionamento, ou em fase de implantação, dezenas de parques tecnológicos, uma vez que o país já reúne condições necessárias para a existência desses empreendimentos.

São condições como proliferação de empresas inovadoras; um crescente número de empresas desenvolvidas no seio de incubadoras; a ampliação vertiginosa do mercado de produtos e serviços de TIC; a tecnologia da informação e comunicação se tornando recurso intrínseco no cotidiano do cidadão moderno; o movimento de globalização abrindo o mercado internacional para as empresas nacionais; a crescente facilidade de acesso à informação, ao conhecimento e a componentes eletrônicos necessários à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos; a ampliação do número de programas governamentais de inclusão digital e de incentivo e fomento aos projetos tecnológicos inovadores; o crescimento do número de cursos universitários e profissionalizantes na área de TIC e, consequentemente, de profissionais especializados disponíveis no mercado, além de tantos outros fatores que evidenciam o amadurecimento desse setor produtivo, nacional e internacionalmente.

Assim, torna-se oportuna e até mandatória a criação de parques tecnológicos, como forma de promover a organização e a cooperação entre o grande espectro de atores que compõem a cadeia produtiva de tecnologia da informação e comunicação.



O que é um Parque Tecnológico de TIC

Um parque tecnológico compreende uma área física delimitada, destinada a congregar os diversos agentes do setor produtivo da Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo empresas, indústrias, entidades de ensino e pesquisa, entidades de classe, órgãos governamentais e serviços de apoio.

Nele ocorre intercâmbio de conhecimento, estabelecimento de alianças estratégicas e execução de projetos cooperativos, onde cada participante contribui com suas habilidades e competências visando ao atingimento de objetivos comuns e ao desenvolvimento do setor.

Essa sinergia favorece a economia de escala, a otimização de uso de recursos de toda ordem, a formação e atualização de recursos humanos, o desenvolvimento de estratégias comerciais em nível nacional e internacional, a atração de investimento nacional e estrangeiro e, sobretudo, a produção e difusão da cultura de inovação em produto, serviço, processo, gestão e comercialização.

É desejável que o parque tenha proximidade física com universidades, com vistas à criação de um ambiente de cooperação entre a iniciativa empreendedora e a comunidade acadêmica, onde as empresas possam se beneficiar dos laboratórios de tecnologia e especialmente da capacidade científica e técnica dos alunos, professores e pesquisadores do meio acadêmico.

Ao promoverem o desenvolvimento e o progresso tecnológico local, os parques tecnológicos catalisam o crescimento econômico, a geração e distribuição de renda, a criação de empregos, o desenvolvimento social e o aumento da riqueza e do bem-estar da sociedade.

Motivação do Parque Capital Digital

Brasília foi criada num ato de ousadia e empreendedorismo, com o objetivo de trazer o desenvolvimento para o centro do país, numa abordagem de modernidade e vanguarda, evidenciada notadamente pela sua concepção estratégica, funcional, urbanística e arquitetônica.

Ao longo dos seus primeiros anos, Brasília teve uma atividade econômica tímida e sua sustentação dependia fortemente de subsídios governamentais. Atualmente, tem tido lugar na capital um gradativo aquecimento econômico, ensejando uma busca natural pela identidade e vocação econômica local.

Por isso, governo, entidades empresariais e de classe têm desenvolvido ações voltadas para identificação e fomento dos arranjos produtivos locais que mais possam concorrer para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Nesse contexto, algumas cadeias produtivas têm florescido na cidade e dentre elas está a de Tecnologia da Informação e Comunicação, revelando que o Distrito Federal é um terreno fértil para o desenvolvimento do setor de TIC.

Além de a modernidade e a inovação serem características genéticas de Brasília, existe, ainda, um conjunto de fatores que concorrem para essa vocação, que são a proximidade do grande mercado consumidor que representa o Governo Federal; o perfil não poluente do setor, uma vez que Brasília, pelas características ambientais onde se situa, não é afeita a indústrias agressoras do meio ambiente; o grande número de instituições de ensino superior e, consequentemente, de estudantes que se graduam na área de TIC; a existência de mais de duas mil empresas de desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de tecnologia instaladas no DF e a crescente absorção, pelo mercado, de profissionais especializados.

Portanto, para impulsionar o desenvolvimento do setor, está se buscando organizar e dinamizar a cadeia produtiva de TIC local nos moldes de um parque tecnológico.

Histórico do Parque Capital Digital

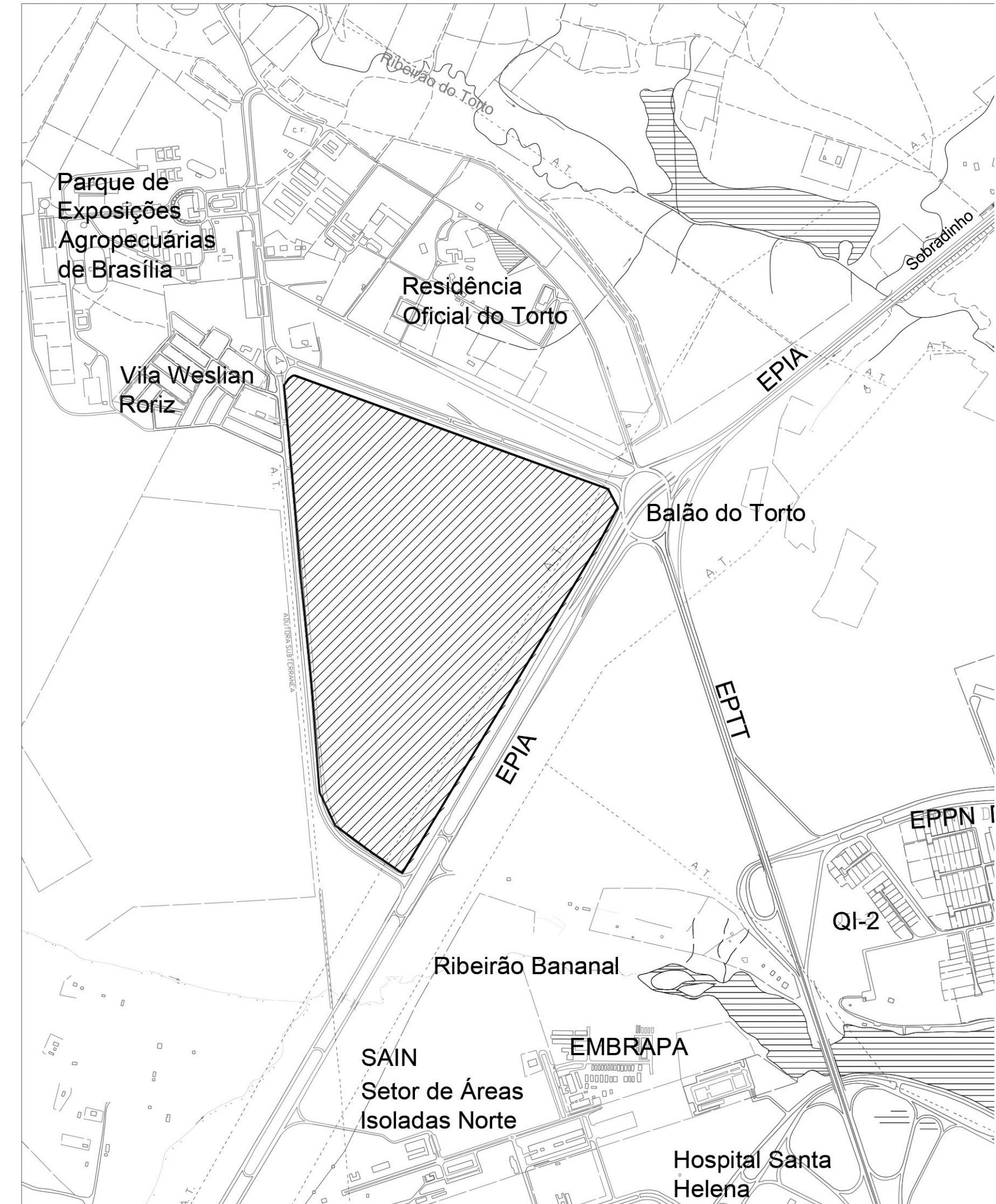
Em decorrência de aspiração há algum tempo acalentada nos segmentos governamentais, acadêmicos e empresariais de Brasília, foi assinado, em março de 2002, entre representantes do Governo do Distrito Federal, entidades do setor de TIC e universidades, um protocolo de intenções para viabilizar a implementação de um parque tecnológico em Brasília, denominado de Parque Capital Digital, em área localizada próximo à região central da cidade, como um dos mais vultosos empreendimentos vinculados aos objetivos traçados pela política de desenvolvimento econômico do DF.

Em seguida, o Parque Capital Digital foi instituído, através da Lei Complementar N° 679, aprovada pela Câmara Legislativa e sancionada pelo governador Joaquim Roriz, em 30 de dezembro de 2002, com as seguintes disposições:

- “cria área de 120 ha em Zona e Uso Controlado, entre a rodovia DF 003, o Parque Nacional de Brasília e a Granja do Torto; destina a área para a instalação de integrantes da Cadeia Produtiva do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC); estabelece que os estudos, projetos, implantação e funcionamento do Parque serão conduzidos pelos órgãos administrativos do Distrito Federal, em sintonia com as entidades representativas do setor”.

No sentido de dar prosseguimento ao que foi firmado na legislação, o Governo do Distrito Federal estabeleceu parceria com o SINFOR - Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal, para elaboração do documento Diretrizes Funcionais para o Parque Capital Digital e foi contratada, pela Terracap, empresa especialista para elaboração do Estudo Urbanístico do Parque.

Esses documentos servem de subsídios para a elaboração dos produtos e serviços objeto do Termo de Referência, assim como para a elaboração dos projetos da estrutura física do PCD.





A que se propõe o Parque Capital Digital

A concepção do Parque Capital Digital deverá se basear nos mesmos fundamentos, princípios e conceitos que norteiam a criação de parques tecnológicos em todo o mundo.

Será um empreendimento que assegurará infraestrutura comum, planejada para favorecer a instalação, operação, cooperação, integração e crescimento de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, assim como para a criação de um fórum aberto de discussão, sinergia e trabalho visando ao desenvolvimento do setor de TIC no Distrito Federal.

A consciência da importância do empreendimento e o apoio à sua implantação por parte da população, da sociedade organizada, do empresariado, do meio acadêmico, dos órgãos de financiamento e fomento e do governo serão determinantes, pois o êxito do empreendimento dependerá muito da adesão de todos esses atores e de parcerias bem construídas entre eles.

O Parque Capital Digital deverá ser um agente de promoção da autoestima do povo de Brasília, pois representará a concretização do sonho de sustentabilidade do Distrito Federal, fazendo passar pelo Planalto Central o eixo de desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação, ao desenvolver uma atividade econômica permanente, crescente, inesgotável, que será instrumento de geração de emprego e renda e que trará benefícios palpáveis para a sociedade.

Projeto extremamente desafiador

O Parque Capital Digital, além de sua importância estratégica e grandiosidade, é, por suas características, um projeto extremamente desafiador e complexo, associado a forte componente político, que exigirá a articulação de um incontável número de atores, pessoas jurídicas e físicas, de toda natureza, perfil e especialidade.

Trata-se de um projeto do governo, da sociedade e seus diversos órgãos e instituições, do empresariado, do meio acadêmico, em que todos os segmentos, com maior ou menor participação, terão papel específico e fundamental.

Desde a concepção até a implantação do Parque, todas as ações deverão ser norteadas por uma abordagem de vanguarda econômica, social, tecnológica e arquitetônica, vinculadas a um arcabouço conceitual e estratégico único.

Portanto, esse projeto exige eficientes processos de planejamento, coordenação, integração e controle, sendo fundamental ainda forte ação de informação, comunicação e marketing para sensibilizar, atrair, envolver e comprometer todos aqueles que deverão nele atuar.





Datacenter de segurança máxima

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal inauguraram, em 2013, o Complexo Datacenter Cidade Digital BB-Caixa, localizado no Parque Tecnológico Capital Digital. Foi a primeira Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa do Governo Federal.

O complexo, hoje em operação, tem o objetivo de garantir a continuidade e a expansão dos negócios do BB e da Caixa para o período de 15 anos, além de reduzir os riscos operacionais e de seguir normativos internacionais que tratam de segurança de TI em bancos.

O investimento para a construção e instalação de todo o complexo foi de R\$ 322 milhões, realizado pelo consórcio GBT (que é composto pela GCE, Termoeste e BVA), vencedor da concorrência.

As despesas de co-location – termo que se refere a espaços que abrigam, simultaneamente, computadores e redes de comunicação - para os próximos 15 anos são de aproximadamente R\$ 900 milhões. Após esse período, o patrimônio fica incorporado ao Banco do Brasil e Caixa, em faixas proporcionais.



O bloco de produção disponibiliza 5,2 mil m² de piso elevado específico para equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), sendo 4,2 mil m² para uso do BB e 1 mil m² para a Caixa.

A área total construída do Complexo Datacenter é de 25 mil m². No decorrer dos anos, serão investidos mais de R\$ 2 bilhões na aquisição de equipamentos de TI.

O Datacenter é um conjunto de prédios destinado a abrigar e dar suporte aos equipamentos de TI das duas instituições financeiras proprietárias do complexo. A proporção é de 80% para o Banco do Brasil e de 20% para a Caixa.

Os prédios recebem a classificação máxima de segurança para centros de processamentos de dados, o TIER 4. Eles foram construídos sob normas internacionais e com as melhores práticas construtivas e de infraestrutura eletromecânica.

A estrutura conta com segurança de acesso e mecanismos de detecção preventiva e combate a situações de risco extremo, como explosões ou até mesmo queda de aviões de pequeno porte sobre ela.





Mão de obra de altíssimo nível já trabalha no Parque Digital, atendendo ao BB-Caixa

O Complexo Datacenter BB-Caixa é um ambiente de altíssima disponibilidade de infraestrutura predial, com redundância no fornecimento de energia elétrica e ar-condicionado, estabilização de tensões elétricas, temperatura e umidade, além de contar com geração própria de energia elétrica de contingência, com autonomia de 48 horas sem reabastecimento.

A estrutura possui também geradores de energia elétrica com potencial para suprir uma cidade de até 60 mil habitantes, utilizando até 20% de biodiesel.

O Datacenter é composto por três edificações: bloco de infraestrutura, que abriga os equipamentos que darão suporte aos equipamentos de TI; bloco de produção, uma construção tipo “bunker” para abrigar os equipamentos de TI - processamento e armazenamento; e bloco de monitoramento conjugado, com o prédio da quarentena dos equipamentos. As obras contam com mais de 100 km de fibras ópticas.



O Datacenter BB-Caixa é a primeira PPP federal. Do tipo concessão administrativa, essa PPP não envolve a compra dos equipamentos de TI, e sim dos equipamentos de infraestrutura (geradores, ar-condicionado, no breaks, etc.).

A PPP também garante serviços de datacenter similares a uma “co-location” por um período de 15 anos, com serviços de infraestrutura predial específicos, energia elétrica, água, sistema de detecção e combate a incêndios e todos os serviços condominiais pertinentes – vigilância, limpeza, portaria, controle de acesso, etc.

As edificações do Complexo Datacenter foram implantadas com o conceito de construção limpa, com perdas mínimas, baixos resíduos e construção pré-moldada. O complexo foi projetado para maximizar o uso de energia e racionalizar a demanda por refrigeração.

O nível de permeabilização do solo é de 65%, 30% superior às exigências legais. Antipoluentes, os geradores de energia possuem silenciador de ruídos e podem ser abastecidos com biodiesel.

A cobertura foi projetada para reduzir a carga térmica, reduzindo o consumo de energia. A fachada tem revestimento com laminado estrutural proveniente de manejo florestal.

O espaço pode acomodar cópias de todas as informações digitais das duas instituições, atendendo a normativos internacionais, como o Basileia II, e garantir a infraestrutura necessária para futuras expansões dos serviços de TI do BB e da Caixa.

No âmbito da Caixa Econômica Federal, a avaliação do Datacenter conjunto é a melhor possível, valorizando o Parque Tecnológico Capital Digital, nas observações feitas pelo pessoal da CEF.

O Complexo Datacenter Capital Digital é responsável pelo processamento de milhões de dados de programa sociais, migrados do Centro de Processamento de Dados da Caixa do Rio de Janeiro, sendo considerado um dos três maiores processadores de dados de bancos brasileiros.

Foram agrupados nesse período todos os ativos de tecnologia que viabilizam a consolidação do Datacenter, que possui capacidade de processamento instalada que dá uma tranquilidade sistema, garantindo flexibilidade e agilidade no atendimento nas áreas de negócios, segundo os relatórios oficiais da CEF.

A segurança é o principal ganho da Caixa. E a instalação é considerada a mais moderna de datacenter do país. Existe uma norma internacional que define o nível de segurança dos datacenters, que vai de 1 a 4. O Datacenter do PTCD é de nível 4.

Alteredo Gonçalves Filho

Presidente do Consórcio GBT

O Parque Tecnológico Capital Digital é muito importante para nossa região. Nós, da GBT, quando apostamos na construção dos Datacenters do Banco do Brasil e da Caixa, vimos essa iniciativa como uma oportunidade, pois elas seriam uma âncora para o PTCD - que tem tudo para dar certo, desde que o governo participe dele.

É importante que se tenha, dentro do Parque, empresas consumidores de tecnologia, que é o caso dos bancos. À medida que empresas como o BB e a CEF e outras empresas de porte - caso do Serpro, Correios - se estabeleçam como âncoras do Parque, isso promove o desenvolvimento de outras menores, que prestam serviços para elas e, por conseguinte, são atraídos novos investimentos.

O PTCD tem um viés de governo como um cliente maior - os governos federais são os maiores clientes de tecnologia. Então, o Parque Tecnológico Capital Digital terá capacidade de reunir não só empresas de softwares, mas as prestadoras de serviço.

Fala-se muito em trazer empresas internacionais, como IBM, mas acredito que a gente tem que buscar o que a gente tem aqui, como realidade, porque quando as nossas empresas - nacionais e locais - estiverem ocupando o Parque, elas é que vão fazer que as empresas internacionais se estabeleçam aqui.

Hoje, é muito difícil trazer uma empresa de fora, de porte, porque o nosso portfólio para oferecer oportunidades é muito incerto.

Temos, claro, uma demanda interna, da cidade, com a demanda do Governo Federal por esse tipo de serviço. A gente tem que focar nessa nossa clientela, que tem esse potencial todo.

O Sinfor está conversando com todos os interessados na realização do PTCD para que, juntos, possamos apresentar um modelo seguro de ocupação desse Parque. O objetivo é que a proposta beneficie a população com geração de emprego e as empresas consigam atender a demanda de mercado de Brasília.

Jesualdo Conceição Da Silva

Executivo do BB. Presidiu a instalação do Datacenter

Um parque tecnológico atrai expertise para a região, porque tem incentivos que o governo dá para empresas afins atuarem próximas.

No caso de Brasília, o Parque Tecnológico Capital Digital exerce um papel um pouco mais importante. Brasília é uma cidade que tem uma vocação política, onde grande parte trabalha no funcionalismo público. O PTCD vai então fomentar um novo tipo de tecnologia e de expertise para a cidade.

O Banco do Brasil e a Caixa já se instalaram com seu centro de processamento de dados na área do Parque. Foram as âncoras do projeto, com um tipo de atividade, que é processamento de dados, como TI.

A ideia agora é que a área agregue vários tipos de empresas que desenvolvem as mais diversas tecnologias, não apenas a Tecnologia da Informação. Basicamente vão ser prédios para alocar pessoas e alguns laboratórios.

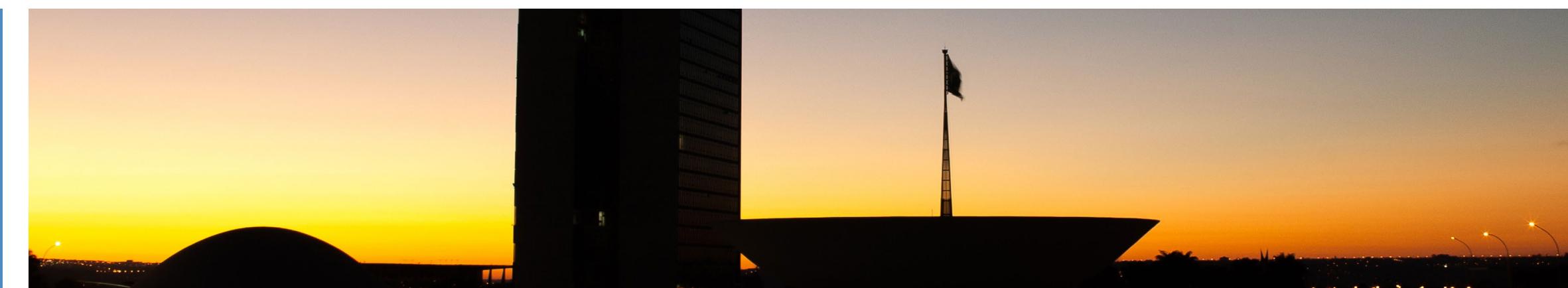
O BB e a Caixa também terão interesse nessa nova proposta, que visa fomentar inovações. O Parque, na verdade, quando implantado, poderá atrair interesse de várias empresas internacionais.

Por exemplo, hoje, já existem empresas internacionais que prestam serviço para o BB e a Caixa, como a IBM, a Hitachi, a Oracle. Com a expansão do PTCD, é provável que elas queiram se instalar aqui. O Parque Tecnológico Cidade Digital tem tudo para se transformar em um polo gerador de inovações, de novas tecnologias para o Brasil e o mundo.

Quando o governo autorizou a realização de Parcerias Público-Privadas para o desenvolvimento do PTCD, efetivamente permitiu que o projeto saia do papel. Um Parque desta magnitude, só com a iniciativa privada atuando maciçamente.

Nessa PPP, por exemplo, o governo seria representado pela Terracap, com a parte do terreno, e a iniciativa privada investindo no todo. Isso tem toda a forma de dar certo. E hoje a situação é muito propícia, porque isso é visto como investimento de infra-estrutura.

Em um cenário positivo, acredito que um processo desse tipo vá para a rua em 2016. Em meados de 2017, podemos iniciar as obras de edificação. E a partir do quinto ano da assinatura do contrato começa a consolidação do Parque Tecnológico Capital Digital.



Lei Complementar nº 679, de 30 de Dezembro de 2002

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Cria área para instalação do Parque
Tecnológico Capital Digital.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a
seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada, na zona urbana de uso controlado, área de 121,5409 hectares,
localizada entre a DF-003, o Parque Nacional e a Granja do Torto, conforme memorial
descriptivo e plantas em anexo.

Parágrafo único. A área de que trata o caput será destinada à implantação do
Parque Tecnológico Capital Digital.

Art. 2º O Parque Tecnológico Capital Digital será criado com vistas à instalação
de empresas e órgãos integrantes da Cadeia Produtiva dos Setores de Tecnologia da
Informação e Telecomunicações.

Art. 3º Os estudos, projetos, implantação e funcionamento do Parque serão
conduzidos pelos órgãos da administração do Governo do Distrito Federal em sintonia com
as entidades representativas do setor no Distrito Federal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 2002

114º da República e 43º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 21/1/2003.

(Nota: os anexos podem ser consultados no Diário Oficial do Distrito Federal, de
21/1/2003.)

Lei Complementar nº 734, de 22 de Dezembro de 2006

Texto atualizado apenas para consulta.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Estabelece parâmetros de uso e
ocupação do solo para a Área Especial nº
1 do Parque Tecnológico Capital Digital e
dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono
a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Nos termos e para os fins que estabelece o art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei
nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com a redação dada pela Lei nº 9.785, de 29 de
janeiro de 1999, ficam aprovados os parâmetros de uso e ocupação do solo para a Área
Especial nº 1 do Parque Tecnológico Capital Digital, localizado entre a DF-003, o Parque
Nacional e a Granja do Torto, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

Parágrafo único. O lote constituído pela Área Especial nº 1 é oriundo do
desmembramento de área maior e está inserido no Parque Tecnológico Capital Digital,
criado pela Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002.

Art. 2º Os usos e atividades permitidos na Área Especial nº 1 do Parque
Tecnológico Capital Digital são:

I – uso: comercial de bens e serviços;

II – grupo: serviços de informática e conexos.

Parágrafo único. Os usos e atividades de que trata este artigo estão discriminados
na Tabela de Classificação de Usos e Atividades aprovada pelo Decreto nº 19.071, de 6
de março de 1998.

Lei Complementar nº 741, de 10 de Outubro de 2007

Art. 3º Os índices de ocupação do solo para o lote de que trata esta Lei Complementar observarão os seguintes parâmetros:

I – afastamento mínimo obrigatório: não será exigido afastamento mínimo das divisas do lote, em quaisquer pavimentos;

II – altura máxima das edificações, acima da cota e soleira e excluídas a caixa d'água, a casa de máquinas e demais equipamentos técnicos: 15m (quinze metros);

III – taxa máxima de ocupação do lote, correspondente à relação entre a área do lote e a projeção horizontal da área edificada: 65% (sessenta e cinco por cento);

IV – taxa mínima de permeabilidade: 35% (trinta e cinco por cento);

V – taxa máxima de construção, correspondente à relação entre a área do lote e a área construída: 200% (duzentos por cento);

VI – divisas: permitida a construção de guarita e o cercamento do lote, dos seguintes tipos: grades, alambrados, cercas vivas e muros recobertos por vegetação, até a altura máxima de 2m (dois metros);

VII – vagas para estacionamento: obrigatória a disponibilização na base de uma vaga para cada 45m² (quarenta e cinco metros quadrados) de área construída, sendo desconsideradas no cálculo as áreas destinadas especificamente aos equipamentos a serem instalados que não comportam a permanência prolongada de pessoas.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 2006

119º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 26/12/2006.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para o Parque Tecnológico Capital Digital e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Nos termos e para os fins do que estabelece o art. 4º, § 1º e I, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com a redação dada pela Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, ficam aprovados os parâmetros de uso e ocupação do solo para o Parque Tecnológico Capital Digital, localizado entre a DF-003, o Parque Nacional e a Granja do Torto, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.

Art. 2º Os usos e as atividades permitidos na área do Parque Tecnológico Capital Digital estão de acordo com a Tabela de Classificação de Usos e Atividades para o Distrito Federal aprovada pelo Decreto nº 19.071, de 6 de março de 1998, compreendendo:

I – uso comercial de bens e de serviços;

II – uso coletivo;

III – uso industrial, especificamente as seguintes atividades:

a) fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática;

b) fabricação de material eletrônico e de aparelhos de comunicação;

c) fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão óticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios.

Parágrafo único. Os usos e as atividades permitidos deverão estar de acordo com o licenciamento ambiental estabelecido para a área.

Lei Complementar nº 847, de 5 de Julho de 2012

Art. 3º Os índices de ocupação do solo para a área do Parque Tecnológico Capital Digital, de que trata esta Lei Complementar, observarão os seguintes requisitos:

I – a taxa máxima de ocupação, correspondente à relação entre a área do lote e a projeção horizontal da área edificada, será de 43% (quarenta e três por cento);

II – a taxa máxima de construção, correspondente à relação entre a área do lote e a área construída, será de 200% (duzentos por cento);

III – a altura máxima das edificações para a área do Parque Tecnológico Capital Digital será de 15m (quinze metros), a partir da cota de soleira a ser fornecida pela Administração Regional do Plano Piloto de Brasília, excluídos a caixa d'água, a casa de máquinas e os demais equipamentos técnicos;

IV – a taxa mínima de permeabilidade será de 57% (cinquenta e sete por cento);

V – será obrigatória a disponibilização de vagas para estacionamento na proporção de uma vaga para cada 45m² (quarenta e cinco metros quadrados) de área construída, sendo desconsideradas no cálculo as áreas destinadas especificamente aos equipamentos técnicos a serem instalados que não comportem a permanência prolongada de pessoas.

Parágrafo único. O subsolo poderá ser utilizado para garagem e, quando utilizado para esse fim, não será computado na taxa máxima de construção.

Art. 4º Ficam mantidas as disposições previstas na Lei Complementar nº 734, de 22 de dezembro de 2006, que estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para a Área Especial nº 1 do Parque Tecnológico Capital Digital.

Art. 5º Fica permitida para a área de que trata esta Lei Complementar a instituição de condomínio integrado por unidades autônomas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de outubro de 2007

119º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 11/10/2007.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera parâmetros de uso e ocupação do solo para o Lote 5 do Parque Tecnológico Capital Digital da Região Administrativa de Brasília – RA I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O lote 5 do Parque Tecnológico Capital Digital da Região Administrativa de Brasília – RA I passa a ter os seguintes parâmetros:

I – atividade principal: comercial de bens e serviços de informática e conexos;

II – atividade secundária de apoio à atividade principal:

a) intermediação financeira, inclusive seguros e previdência privada;

b) serviços auxiliares de intermediação financeira;

III – afastamentos mínimos obrigatórios: dois metros em todas as divisas;

IV – coeficiente de aproveitamento igual a dois.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 2012

124º da República e 53º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

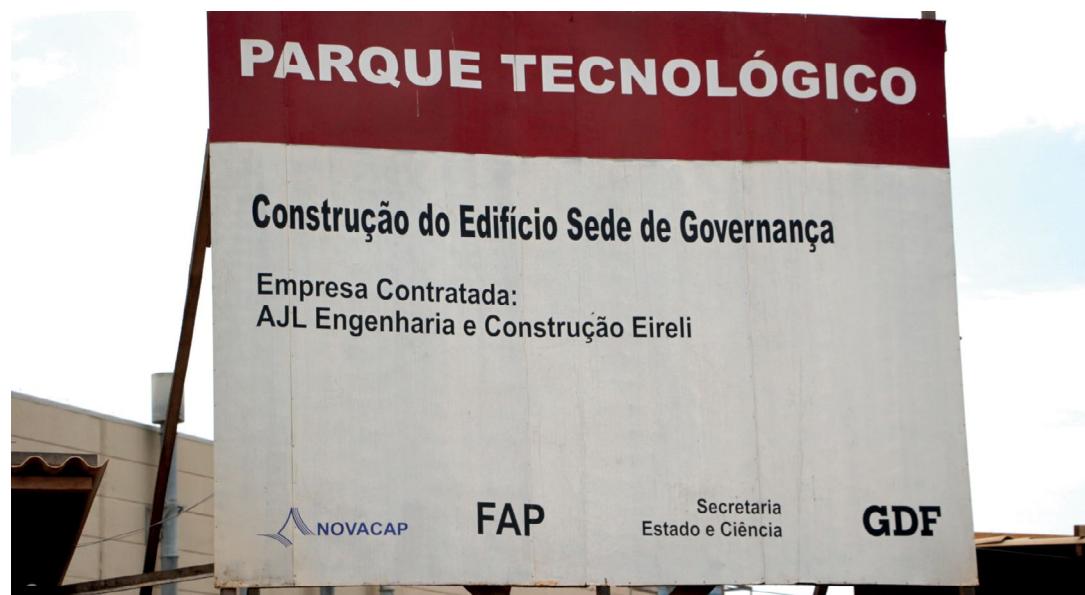
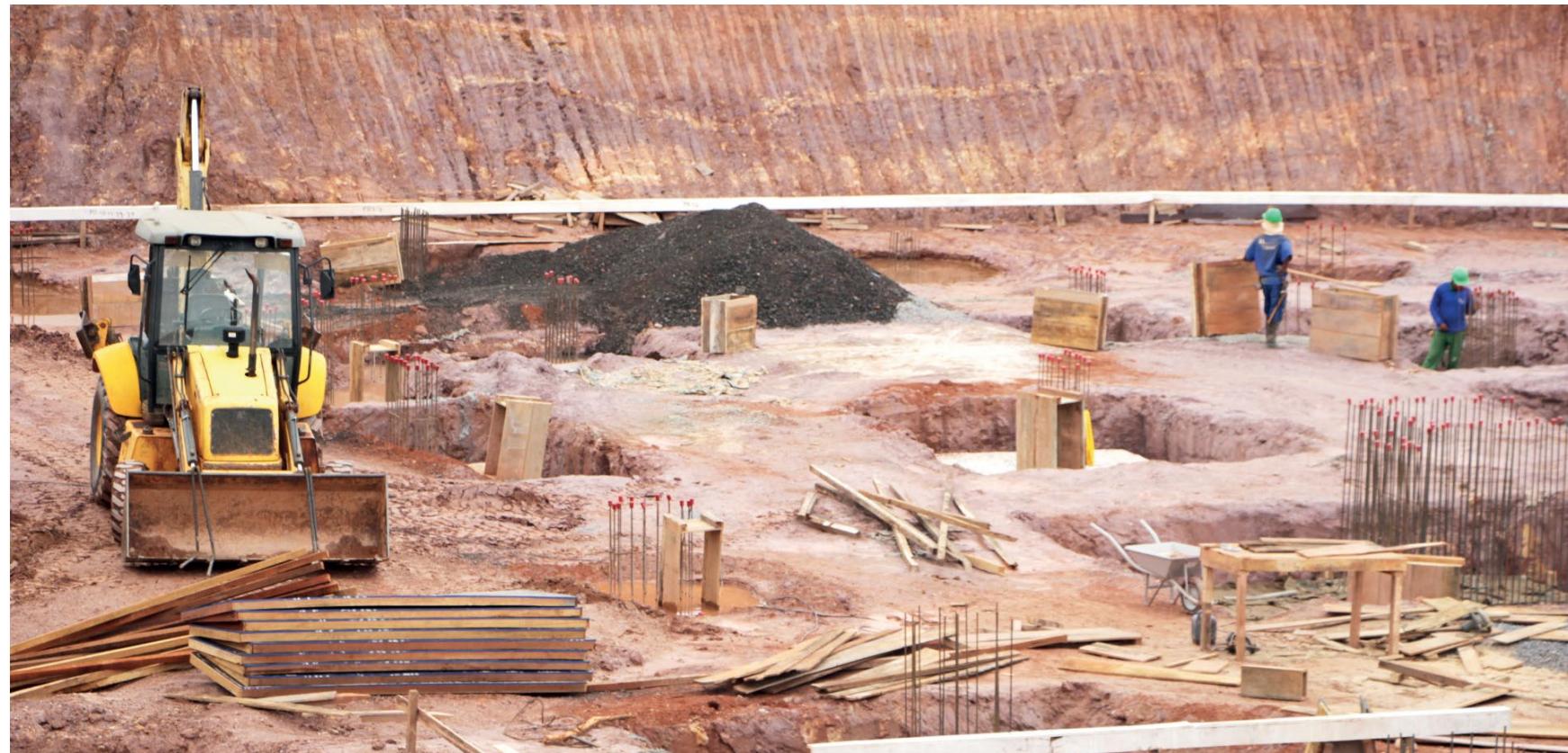
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 9/7/2012.

Legislação relativa ao projeto do PCDT

- ▶ Lei nº 47, de 02 de setembro de 1989 - dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.
- ▶ Lei Complementar nº 017, de 28 de janeiro de 1997 - Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.
- ▶ Lei nº 992, de 28 de dezembro de 1995 - Dispõe sobre parcelamento de solo para fins urbanos no Distrito Federal e dá outras providências.
- ▶ Decreto nº 18.913, de 15 de dezembro de 1997 – regulamenta a Lei nº992.
- ▶ Lei nº 2.284, de 07 de janeiro de 1999 - altera a Lei nº954.
- ▶ Lei nº 041, de 13 de setembro de 1989 - Dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências.
- ▶ Decreto nº 12.960, de 28 de dezembro de 1990 - Aprova o regulamento da Lei nº 041, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal.
- ▶ Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961 - cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal, e dá outras providências.
- ▶ Resolução CONAMA nº 13 de 6 de Dezembro de 1990 – Estabelece formas de ocupação para o entorno das unidades de conservação, com vistas a conservação da biota.
- ▶ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - conhecido como o Estatuto da Cidade, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.
- ▶ Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002 – Cria área para instalação do Parque Tecnológico Capital Digital.
- ▶ Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 - trata do parcelamento do solo urbano no território nacional, e estabelece alguns condicionantes para o loteamento e desmembramento de glebas, e a correspondente Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, que altera alguns de seus dispositivos.
- ▶ Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (e suas alterações posteriores) / Código Florestal.
- ▶ Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 – Dispõe sobre o condomínio em edificações e as Incorporações imobiliárias.
- ▶ Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987 – “Brasília Revisitada”.
- ▶ Decreto nº 19.071, de 06 de março de 1998 – Tabela de Classificação de Uso e Atividades.
- ▶ Instrução Normativa Técnica nº 2/97-IPDF.
- ▶ Decreto nº 19.045, de 20 de fevereiro de 1998 – Trata dos procedimentos para a apresentação de Projetos de Urbanismo no DF.
- ▶ Estudo Urbanístico do PARQUE CAPITAL DIGITAL – Brasília, de dezembro de 2002, elaborado pela firma TOPO CART –Topografia e Engenharia S/C.
- ▶ Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, de setembro de 2005, elaborado pela firma TOPO CART –Topografia e Engenharia S/C.
- ▶ Licença Prévia nº 014/2006 de 14 de setembro de 2006.
- ▶ Parecer Técnico nº 048/NLA/DITEC/IBAMA-DF de 11 de setembro de 2006.
- ▶ Cadeia Produtiva da Indústria da Informação do Distrito Federal – Publicado pelo SINFOR em 2003.
- ▶ Diretrizes Funcionais para o PARQUE CAPITAL DIGITAL – Publicado pelo SINFOR em 2003.
- ▶ Lei Federal nº 11.285, de 09 de março de 2006 – fixa as dimensões e limites do Parque Nacional de Brasília.
- ▶ Decisão nº 02/2007 da 58ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN – realizada no dia 13 de setembro de 2007 que acolheu o voto do Conselheiro Relator, e aprovou os parâmetros de uso e ocupação da área denominada Parque Tecnológico Capital Digital.
- ▶ Lei Complementar nº 741, de 10 de outubro de 2007 – estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para o Parque Tecnológico Capital Digital.

Instalações no Parque Tecnológico





O Parque Tecnológico Capital Digital já conta com instalações no seu perímetro de 123 hectares. Além da ampla estrutura do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, com o datacenter conjunto, há duas subestações da Companhia de Energia de Brasília (CEB).

Em termos de obras, está em construção o Edifício Sede da Governança do Parque, que abrigará as atividades administrativas do empreendimento. É um prédio de quatro andares, com mais dois andares subterrâneos.

Essa obra da Governança representa um investimento conjunto do Governo Federal com o Governo do DF, superior a R\$ 20 milhões, atuando como um polo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de abrigar as instalações da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF.

No que se refere à energia elétrica, cada uma das duas subestações tem potencial de 64 MWatt, expansíveis até 96 MWatt, garantindo o pleno funcionamento das instalações do Parque quando estiver instalado.

O terreno de 123ha foi originalmente dividido em seis unidades imobiliárias distintas, que tiveram numeração de 1 a 6.

O lote 1, com 958.898 metros quadrados, ficou destinado a abrigar as atividades do Parque Tecnológico Capital Digital propriamente dito.

O lote 2, com 14.064 metros quadrados, destina-se ao uso coletivo do tipo Educação, classe educação média de formação técnica e profissional, em complementação às atividades desenvolvidas no Parque.

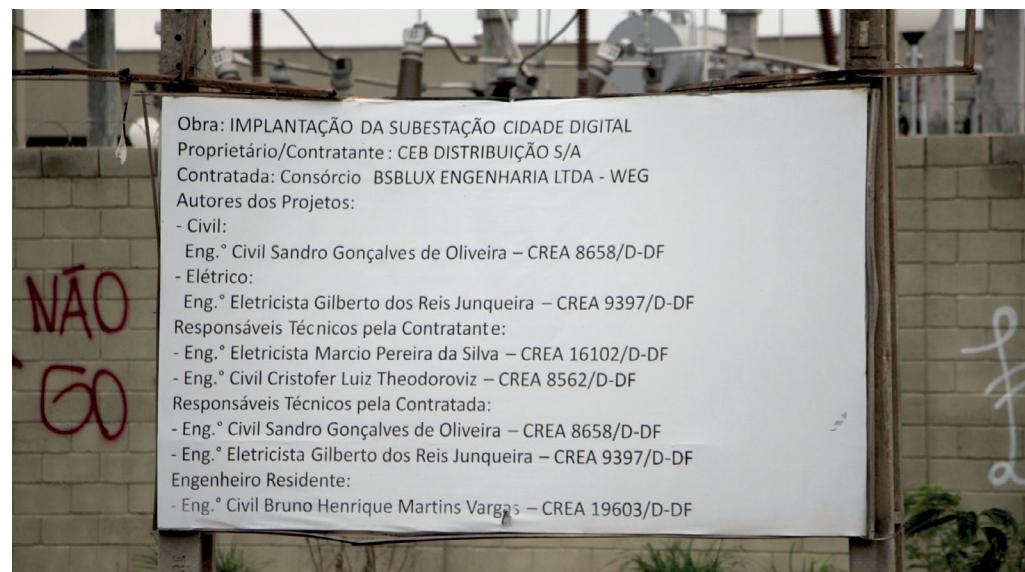
O lote 3, com área de 40 mil metros quadrados, ficou com o Datacenter BB-CEF.

O lote 4, com área de 6.400 metros quadrados, para a Fundação de Apoio à Pesquisa, abrigando a função de Governança do Parque.

O lote 5, com área de 3.200 metros quadrados, é também destinado ao uso Coletivo da Educação, classe educação média de formação técnica e profissional, em complementação às atividades desenvolvidas no Parque.

E o lote 6, com área de 8 mil metros quadrados, já foi ocupado pela CEB com suas subestações.

*No momento,
está em
construção,
a sede da
Governança
do Parque Digital*



Estudos preliminares indicam que, adotando-se a Parceria Público Privada para a instalação do PTCD, deverão ser oferecidas às empresas de Tecnologia da Informação participantes do projeto os seguintes serviços:

- Segurança e manutenção predial
- Aluguel de salas e laboratórios
- Serviços de gerência de redes e sistemas (datacenter, storage, etc)
- Rede de comunicação de dados
- Internet ultra banda larga
- Internet sem fio banda larga
- Telefonia corporativa
- Videoconferência
- CFTV (Circuito Fechado de Televisão)
- Hospedagem de sites e conteúdos
- Correio eletrônico
- Gerência e suporte de redes.

Deverão funcionar no ambiente do Parque Capital Digital os seguintes Serviços Alternativos:

- Serviços de convivência: alimentação, ginástica, serviços bancários, lojas comerciais, centro de convenções e hotelaria.
- Incentivo à inovação tecnológica: participação em joint ventures, formação de fundos de investimento do PTCD e alocação de capital de risco
- Promoção de ações cooperativas entre as instituições instaladas no PTCD: participação em pesquisa e desenvolvimento, patenteamento e gestão de direitos autorais, incubação e criação de startups.

Os serviços disponibilizados deverão atender a um grau de efetividade mínimo de sete dias por semana e 24 horas.

O SINFOR-DF apresentou ampla lista de sugestões ao GDF, em 2014, para a elaboração de edital de licitação do Parque Tecnológico Capital Digital

No momento em que a discussão é reaberta, vale a pena retomar o debate sobre as propostas do Sinfor

Proposta do Sinfor-DF ao Governo do Distrito Federal sobre o Parque Tecnológico Capital Digital

É com grande satisfação que apresentamos as sugestões do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Distrito Federal, representado pelo SINFOR-DF, relativas à Consulta Pública destinada a colher contribuições sobre o Projeto Parque Tecnológico Capital Digital - PTCD.

No decorrer do último pleito eleitoral, o setor se concentrou em um único pedido ao candidato e agora Governador, Agnelo Queiroz. Solicitamos, com toda intensidade e em uníssono, que o PTCD fosse prioritário para esse governo, pois entendemos que a iniciativa tem um poder transformador não só para o setor, mas para Brasília, para região geoeconômica que nos cerca e, em última análise, para o Brasil.

Vale ressaltar, nesse cenário, que tal projeto é uma resposta do Governo do Distrito Federal, representado pela TERRACAP e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, a um anseio que vem sendo construído dentro do setor, local de origem do projeto, há mais de 12 anos. Durante esse período de tempo, foram criadas várias expectativas, prioridades, objetivos e sonhos na grande maioria dos empresários da cidade. Empresários que, como é sabido e reconhecido por essa tão respeitada Agência, são os grandes responsáveis pelo crescimento do setor no DF, que representa hoje mais de 3,5% do PIB da nossa capital.

Sendo assim, há uma forte reivindicação dos empresários que seja explícito em Edital que o projeto do PTCD destina-se ao desenvolvimento econômico da capital e, em particular, ao fortalecimento dos empresários locais que, ao longo dos anos, tanto se empenharam para o desenvolvimento do setor. Ou seja, o fortalecimento da economia local e, portanto, dos empresários locais é objeto do Edital e, portanto, benefícios e vantagens podem e dever ser explicitamente apresentados. Tal prática não dera qualquer conflito ou desrespeito à legislação em vigor.

As sugestões objetivas que se encontram em anexo foram efetuadas com ativa participação de vários empresários. Inicialmente, houve uma apresentação efetuada pela TERRACAP, na pessoa do seu Diretor José Humberto e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, na pessoa do Secretário Gustavo Brum, realizada na sede da FIBRA e com a participação de aproximadamente 120 (cento e vinte) empresários. Em seguida, realizou-se uma reunião interna do SINFOR, onde ficou definido que se formariam 4 (quatro) grupos, cada um dos quais com no mínimo 6 (seis) empresários. Os grupos tiveram como focos principais: Planejamento estratégico, Competitividade, Gestão e Infraestrutura.



Além disso, ficou a encargo dessa presidência, explicitar as metas que devem ser alvo da Entidade Gestora e que garantam o sucesso do projeto, que se traduz, no desenvolvimento econômico do setor. Não se pode minimizar a importância, para o tão desejado sucesso, da pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, que devem estar presentes no parque, motivo pelo qual há a forte necessidade da integração com o meio acadêmico, bem como a incubação de novas empresas.

No processo de construção do documento, foram efetuadas em torno de 30 reuniões internas, com debates proveitosos, efetuados com ampla participação e transparência, bem comodiversas visitas à TERRACAP, onde os grupos de trabalho foram recebidos pelo Diretor José Humberto e equipe, para o qualifica aqui o nosso elogio, pela atenção dispensada, pelo entusiasmo pelo projeto, pela abertura para o debate e pela boa vontade em encontrar soluções comuns, mesmo nos momentos de divergência.

Esse documento final foi repassado para toda a base de dados do SINFOR, com 700 (setecentas) empresas, e divulgado no site www.SINFOR.org.br. Garantimos assim que as manifestações que seguem em anexo refletem da melhor forma possível a manifestação do setor.

Agradecemos pelo esforço em construir um projeto que seja bom para a nossa capital e, antecipadamente, pelo acatamento das sugestões apresentadas que objetivam o aprimoramento do árduo trabalho até aqui desenvolvido.

Atenciosamente,

Jeovani Ferreira Salomão

Presidente do SINFOR-DF



ANEXO 1 – Metas e Penalidades

Um dos principais objetivos do PTCD é modificar a matriz de desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Para tanto, faz-se necessário cumprir uma estratégia de longo prazo, materializada em metas objetivas, que possam ser mensuradas e gerenciadas pela EG e monitoradas pela sociedade.

Nesse sentido, tomando por base os estudos efetuados e apontados no anexo 5.7 do edital, aprimoramos as metas para que possam ser medidas anualmente, bem como, as respectivas penalidades, em caso de não cumprimento.

As medições anuais devem ser efetuadas por entidade independente, com larga experiência e capacidade para execução desse tipo de serviço, contratada pela TERRACAP, ou entidade fiscalizadora do Parque, e acompanhada pelo SINFOR-DF.

As metas, bem como a forma de medição e suas penalidades devem ser inseridas no corpo Edital (não somente nos anexos), para enfatizar sua importância.

Meta 1

Atrair empresas âncoras

Para efeito deste edital, considera-se “empresa âncora”, como sendo empresas de atuação global, com faturamento anual acima de 1 bilhão de reais. Para atender à essa meta, a empresa âncora deve instalar no PTCD área de desenvolvimento de inovações tecnológicas com, no mínimo, 100 profissionais técnicos. Para nenhum efeito serão consideradas pessoas das áreas administrativas ou comercial no cômputo da meta.

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Total Empresas	2	4	6	8	8

Meta 2

Estabelecer alianças estratégicas com um parque tecnológico de cada continente

Para efeito deste edital considera-se aliança estratégica como o acordo formal com parques tecnológicos dos continentes: América do Norte, Europa, Ásia, África e Oceania. Tais acordos devem contemplar, pelo menos:

Realização de um evento a cada 2 anos, por parque tecnológico, para intercâmbio entre as empresas;

Pacotes de benefícios para que as empresas possam instalar subsidiárias nos países participantes das alianças.

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Alianças	3	5	5	5	5

Meta 3

Incubar empresas de base tecnológica em TIC

Para efeito deste edital considera-se que a incubação de empresas caracteriza-se pelo apoio à formação de novas empresas de base tecnológica residentes no PTCD. Para o atingimento dessa meta deve considerar-se que os quantitativos anuais referem-se a novas empresas incubadas e que a Empresa Gestora disponibilize a essas empresas as seguintes atividades:

- Ajuda com a modelagem básica do negócio
- Atividades de networking
- Assistência de marketing
- Acesso a internet
- Ajuda com contabilidade / gestão financeira
- Acesso a empréstimo bancários, fundos de empréstimo e programas de garantia
- Ajuda com técnicas de apresentação
- Acesso a recursos de ensino superior
- Acesso a parceiros estratégicos
- Acesso aos investidores anjo ou capital de risco
- Treinamento de negócios
- Conselhos consultivos e mentoria
- Ajuda na identificação do time
- Ajuda na etiqueta empresarial
- Assistência na comercialização de tecnologia
- Ajuda no cumprimento das normas
- Gestão da propriedade intelectual

Meta

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Novas empresas incubadas	5	10	15	20	20



Meta 4

Atrair laboratórios de P&D de classe internacional

Para efeito deste edital, considera-se “laboratório de P&D de classe mundial”, como sendo laboratórios de pesquisa e desenvolvimento voltados ao setor de TIC que tenham registrado pelo menos 500 patentes ou, no caso de software, propriedade intelectual, em âmbito nacional ou no exterior. Para o atingimento dessa meta é necessário que as instalações do laboratório no PTCD abriguem, pelo menos 50 pesquisadores.

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Laboratórios	1	2	2	3	3

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Novos profissionais atraídos	Drs. – 15 Mestres – 30 Técnicos – 500	Drs. – 15 Mestres – 30 Técnicos – 1.000	Drs. – 15 Mestres – 30 Técnicos – 1.000	Drs. – 15 Mestres – 30 Técnicos – 1.000	Drs. – 15 (até o limite de 150) Mestres – 100 (até o limite de 300) Técnicos – 1.000 (até o limite de 10mil)

Meta 5

Ampliar o mercado comprador das empresas localizadas no parque

Com o intuito de desenvolver o setor, é vital que o Parque Tecnológico fomente novos mercados de atuação para as empresas nele instaladas. Para tanto, há de se incrementar o volume de exportação de softwares e serviços a partir do parque.

Para efeito desse edital, entende-se como exportação toda e qualquer venda de software e serviço efetuada para fora do DF.

Atualmente o mercado de TIC do Distrito Federal está estimado em R\$ 3 bilhões.

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Expansão cumulativa do volume de exportação	R\$50 milhões	R\$100 milhões	R\$150 milhões	R\$300 milhões	R\$ 500 milhões

Meta 6

Atração de Profissionais Capacitados

Para efeito deste edital, consideram-se profissionais capacitados atraídos para o parque, doutores, mestres e técnicos de TIC ou de ciências exatas, que estejam efetivamente contratados ou prestando serviços para as empresas instaladas no parque.

Não serão considerados para meta, profissionais que, no ano anterior a apuração da mesma, mantiverem qualquer vínculo com as filiais ou matrizes de empresas no DF. Ou seja, transferências de profissionais entre empresas de TIC não serão admitidas para o cumprimento da meta.

Por outro lado, a transferência de profissionais de outras Unidades da Federação ou do exterior em uma mesma empresa, será considerada normalmente para a meta. Também serão computadas contratações de profissionais advindos de outros setores e primeiro emprego.

Meta 7

Elevar o faturamento do setor de TIC do DF

Com o intuito de desenvolver o setor, é vital que o Parque Tecnológico crie condições e fomente a elevação do faturamento das empresas nele instaladas e daquelas empresas do DF que lhes provem produtos e serviços.

Atualmente o mercado de TIC do Distrito Federal está estimado em R\$ 3 bilhões.

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Expansão cumulativa faturamento	R\$ 3,5 bilhões	R\$ 4 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	R\$ 5 bilhões	R\$ 6 bilhões

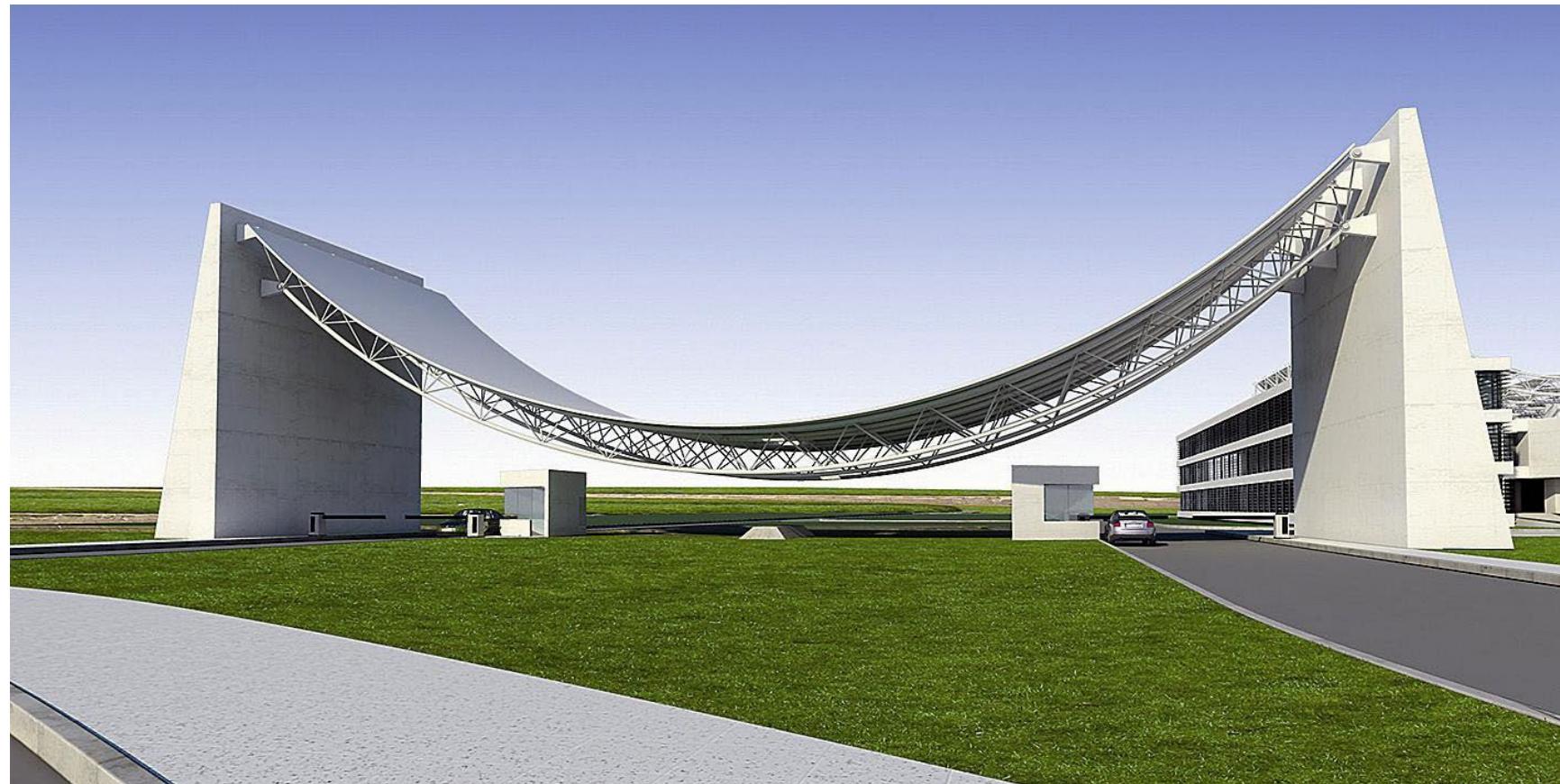
Meta 8

Captar investimentos no âmbito do PTCD

Com o intuito de desenvolver o setor, é vital que o Parque Tecnológico crie condições para captação de investimentos para as empresas nele instaladas. Para efeito desse edital serão considerados como investimentos a soma anual de capital oriundos de fontes externas ao PTCD aplicado aos meios produtivos, visando o aumento da capacidade produtiva.

Meta Anual

Ano	2014	2015	2016	2017	Demais
Captação Anual de Investimento	R\$ 500 milhões	R\$ 300 milhões	R\$ 200 milhões	R\$ 200 milhões	R\$ 100 milhões



ANEXO 11 – Planejamento Estratégico

Entre as análises que subsidiaram o Grupo de Planejamento Estratégico, evidenciou-se a percepção de que a implantação do PTCD trará um conjunto de oportunidades, mas também de potenciais ameaças ao futuro das empresas do setor de TI no DF.

Importante considerar que após a efetivação da seleção do sócio para a implantação do PTCD, a EG-PTCD, como uma entidade privada, buscará atender aos seus interesses particulares no que concerne ao sucesso econômico do seu empreendimento. Decorre daí a necessidade de estabelecer com clareza metas no Edital de convocação, de forma a garantir que o objeto do certame aponte para obrigações almejadas para o desenvolvimento do setor, bem como as penalidades correspondentes pelo não cumprimento da meta.

Desta forma, não é razoável responsabilizar a EG-PTCD pelas ações de incentivo e fomento do setor de TI do DF, salvo aquelas explicitamente previstas nesse momento de licitação. O papel de incentivo e fomento do setor, bem como a rígida fiscalização da EG, continua sendo alvo de competência do governo, que a partir do momento da constituição da EG-PTCD possuirá mais um ente a incentivar: ela própria, a EG-PTCD.

Reitera-se, portanto, a relevante participação do SINFOR que, em atenção aos anseios de seus associados, deverá continuar firme e empenhado na condução de suas ações com vistas a obter a disponibilização incentivada de área próxima à localização do PTCD, para a concessão de lotes próprios às empresas locais de TI.

Ademais, objetivando continuar como protagonista nas ações em prol do sucesso do projeto, ressalta-se a importância de que seja implantada a entidade de ensino (à qual está destinada a Área 2 do PTCD), cuja gestão deverá ser de responsabilidade do SINFOR/DF.

Por fim, elenca-se a seguir a meta e as proposições a serem consideradas pela TERRACAP como reivindicações do SINFOR na consulta pública.

ANEXO III – Gestão

As sugestões de sobre Gestão possuem como objetivo principal garantir a governança sobre o empreendimento do PTCD, de forma que elementos externos futuros desvirtuem os objetivos maiores do projeto.

Para tanto, há de se estabelecer a premissa que a licitação tem por objeto não somente a exploração comercial de um precioso bem imóvel, mas principalmente o desenvolvimento do setor de TIC do DF.

Dessa forma, o resultado do advento PTCD, por intermédio a atuação da EG, deve satisfação não apenas ao GDF, mas também à sociedade organizada, principalmente ao próprio setor de TIC. Devemos encontrar um caminho que permita que a EG, enquanto entidade que possui fins econômicos, possa ser gerida com independência e autonomia, desde que cumpra os objetivos estabelecidos em edital e devidamente fiscalizados. Que o negócio PTCD seja um ótimo investimento para o licitante vencedor da licitação, desde que esse seja capaz de exercer uma gestão que alcance os objetivos maiores da sociedade brasiliense.

A proposta da TERRACAP prevê que o Conselho Administrativo do Parque será composto por cinco membros: o setor de TI do DF, representado pelo SINFOR, reivindica poder indicar um membro titular.

Reivindica também assento no Conselho Fiscal, com um membro titular e um suplente.

Conselho de Ciência e Tecnologia do Parque: Terracap, em reunião do Grupo de Gestão, admitiu estudar a ampliação do número de membros, de cinco para nove. A ideia é ter participação equilibrada do mercado, do mundo acadêmico e do governo nesse Conselho, que é consultivo, mas terá influência nos rumos e na defesa dos princípios do Parque. O Setor de TI reivindica a ampliação desse conselho para nove membros e o poder de indicar três membros.

O edital propõe a constituição de uma Diretoria extensa e, em nossa opinião, muito acima do necessário. A EG deve ter um quadro muito mais enxuto, constituído basicamente de um Presidente/Diretor Geral, um Diretor Financeiro e Administrativo, um Diretor de Operações e um Diretor de Desenvolvimento. A criação e manutenção da Diretoria deverá ser efetuada pelo Conselho de Administração sem qualquer tempo mínimo ou máximo de permanência. Tal qual em uma empresa privada, a Diretoria deve ser constituída de forma a permitir o sucesso do empreendimento e deverá ser alterada de acordo com as necessidades de momento, cuja avaliação deve ser efetuada constantemente pelo Conselho de Administração.

Propõe-se espaço físico gratuito, para instalação definitiva do SINFOR, e das demais entidades correlatas no Parque, fazendo esse Sindicato ser partícipe de todas as fases de instalação e funcionamento do PTCD. O espaço total deverá ter no mínimo duzentos e cinquenta metros quadrados.

Propõe-se que a empresa parceira da TERRACAP na SPE tenha filial no Brasil. E que o foro para discussão de questões relativas ao Parque fique no DF.

Pretensão 1

Implantação e gestão da entidade de ensino a se instalar na Área 2

O SINFOR/DF almeja ser o concessionário da Área 2 para a implantação de entidade de ensino. Desta forma o SINFOR/DF colaborará mais efetivamente com a gestão do PTCD, conduzindo a formação de recursos humanos, além de nivelar-se ao sindicato laboral que já possui escola formadora de trabalhadores.

Pretensão 2

Disponibilização incentivada de lotes próprios às empresas do setor de TI

As empresas associadas ao SINFOR/DF continuam interessadas na obtenção de lotes próprios em área próxima ao PTCD, para a fixação de suas instalações operacionais.

Este pleito, portanto, receberá do SINFOR/DF todo empenho e prioridade, sendo assim apresentado ao Governo do GDF e à TERRACAP.

Meta 1

Concessão de espaço para instalação de Entidades Aliadas

Este item é apresentado como meta, tendo em vista a pretensão de que o mesmo seja incluído no edital.

A EGPTCD deverá ceder área dentro do PTCD, de forma incentivada e subsidiada, para entidades aliadas do setor de TI e do próprio PTCD.

A Assembleia Geral (composta pela TERRACAP e pela empresa vencedora) deve ter como responsabilidade a formação dos conselhos e o acompanhamento estratégico do parque. Os demais assuntos deverão ficar a cargo dos demais conselhos e da diretoria. A proposição editalícia de tratar assuntos de menor monta e administrativos nessa instância desvirtua o foco principal da Assembleia Geral, que é zelar de forma macro pelo sucesso do empreendimento, e retira poderes, de forma inadequada, das demais instâncias.

TERRACAP informou que o Parque terá um condomínio geral, abrangendo as outras cinco áreas, além do triângulo destinado ao mercado de TI. Esta é uma questão a se discutir. Propõe-se um condomínio específico para a área da SPE.

O Setor de TI considera muito importante que seja criado um órgão regulador, no âmbito do Distrito Federal, configurado como agência especializada, destinado a fiscalizar o funcionamento do Parque Tecnológico Capital Digital, de modo a assegurar o apoio e incentivo ao desenvolvimento industrial do DF nessa área, como também zelar pela manutenção dos propósitos que levaram ao lançamento do PTCD. Tal entidade deve possuir a participação igualitária e tripartite do governo, da academia e do setor produtivo. Idealmente será essa entidade que contratará as empresas especializadas para o acompanhamento das metas e a aplicação das penalidades. Tal sugestão deriva do simples fato de que a TERRACAP, enquanto partícipe da entidade não pode fiscalizar a si própria, mesmo quando em sociedade com organizações privadas.

O projeto efetivo do Parque, com o plano de ocupação, só surgirá após a licitação, quando a SPE terá de aprovar o chamado Masterplan. Nesse momento haverá decisão sobre o número de prédios a serem construídos e sua disposição dentro do espaço, seguindo os princípios estabelecidos no edital ora em discussão. O SINFOR, isoladamente ou por meio da entidade fiscalizadora a ser criada, propõe-se a acompanhar a elaboração do Masterplan e sua aprovação, de modo a impedir qualquer desvirtuamento nos propósitos originais do projeto.

A TERRACAP informa que o edital de licitação não fechará a vocação do Parque, e sim sua destinação. A vocação será feita após a licitação, nas discussões que ocorrerão com a participação do mercado. No entanto, o setor defende que haja o máximo possível de definição sobre a destinação, com espaço reservado de forma prioritária para o desenvolvimento das empresas de TI do DF, bem como o cumprimento das metas previamente propostas nesse documento. Estabelecer vocação pós-edital traz um sério risco para o projeto posto que, uma vez que a licitante foi declarada vencedora ela somente terá que seguir o que está estrita e explicitamente previsto na fase de edital.

É preciso definir se a ocupação de espaços pelas empresas locais estará submetida às regras da Lei do Inquilinato ou se a modalidade de locação é outra.

A TERRACAP afirma que o preço do terreno, equivalente a cerca de um milhão de metros quadrados, foi calculado em R\$ 1,1 bilhão e estaria “abaixo do valor de mercado”. É uma situação a se analisar. O setor argumenta que este valor pode estar superavaliado.

O setor de TI do DF mantém o compromisso de ficar mobilizado para assegurar sua plena participação em todo o processo. E coloca-se ao lado da TERRACAP e do Governo do Distrito Federal no desafio de transformar Brasília num pólo modelo de Tecnologia da Informação.

ANEXO IV – Infraestrutura

Sugestões para o Produto 5.1 – Avaliação de Infraestrutura Empresarial

Item 2.5. Energia Elétrica

Na tabela 5.3, falta especificar a potência e arquitetura dos No-Breaks envolvidos;

Sugestão

Que possam arquitetura paralela redundante, o que aumenta a disponibilidade e possibilita serviços de manutenção sem a necessidade de paralisação do fornecimento de energia elétrica,

A Carga no GMG (Grupo Motogeradores) está concentrada em um único equipamento.

É melhor o sistema trabalhar com mais de um equipamento para garantir contingencia.

É importante que seja especificado o sistema de alimentação elétrica própria para o Parque Tecnológico Cidade Digital com a disponibilidade necessária e observando a TIA 942 TIER 4 (Infrastructure Standard for Data Centers – Padrão de Infraestrutura para Datacenters – ver tabelas anexas) para o Datacenter, ou seja, redundância no fornecimento de energia elétrica por meio de duas subestações independentes, com conjuntos de GMG independentes e conjuntos de NB (No-Breaks) independentes.

Item 2.7. Segurança e manutenção predial

Sugestão

Faz-se necessário a inclusão de mecânicos, eletricistas, bombeiros hidráulicos, engenheiros, técnicos de segurança no Trabalho, encarregados, etc ao corpo técnico de manutenção predial.

Incluir nível de disponibilidade dos sistemas de climatização, energia elétrica, Sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio e pânico, hidrossanitário e cabeamento estruturado e demais instalações prediais, conforme abaixo:

- ▶ 99% de Disponibilidade dos Sistemas Críticos – Climatização, Sistema de Combate de Incêndio, e Rede Elétrica;
- ▶ 95% de Disponibilidade dos demais sistemas;
- ▶ 90% de Satisfação com o Atendimento da Contratada;
- ▶ 90% dos atendimentos relativos a incidentes, concluídos em prazo igual ou inferior a 8 horas;
- ▶ 90% para os casos de manutenção corretiva e preventiva no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, após o recebimento da solicitação de serviço.

Disponibilidade de infraestrutura

Indica qual a porcentagem de tempo que a infraestrutura deverá estar disponível em relação ao tempo total de medida no mês.

O tempo de disponibilidade da infraestrutura é a diferença entre o tempo total de medida e o tempo de indisponibilidade, por motivos não planejados, da infraestrutura.

Disponibilidade de Infraestrutura

Para a disponibilidade de infraestrutura fica compromissado o SLA- Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço), de 99% de disponibilidade mensal para os Sistemas Críticos e 95% para os demais Sistemas.

Cálculo do índice de disponibilidade de infraestrutura

O cálculo do índice de disponibilidade será efetuado, aplicando-se a fórmula abaixo:

- $ID = \{[(DR + IJ) / DP] \times 100\}$
- Onde:
 - ID = Índice de Disponibilidade
 - DR = Disponibilidade Real no mês
 - IJ = Indisponibilidade Justificada no mês
 - DP = Disponibilidade Prevista = 24x (número de dias do mês)

Nota: A indisponibilidade justificada decorre de:

- Períodos de Manutenção
- Paradas acordadas;
- Motivos de força maior (guerras, terremotos, enchentes, etc)
- OBS.: O índice de disponibilidade deverá ser calculado mensalmente da seguinte forma:
 - Uma vez para Sistemas Críticos; e
 - Uma vez para os demais Sistemas.

Ressarcimento por indisponibilidade de infraestrutura

O valor a ser resarcido por indisponibilidade de infraestrutura será estabelecido de acordo com a tabela de descontos abaixo, aplicada sobre o valor mensal contratado de locação de cada cliente e será concedido uma única vez, no mês subsequente ao da confirmação da ocorrência.

Diferenças %	Descontos %
0 < DC ≤ 2.0	2.0
2.0 < DC ≤ 4.0	6.0
4.0 < DC ≤ 6.0	10.0
6.0 < DC ≤ 10.0	16
DC > 10.0	Dobro do DC (limitado a 100% da mensalidade)

DC = SLA – ID

Onde:

DC = Desconto Calculado

SLA = Percentual Compromissado

ID = Índice de Disponibilidade

Índice de Satisfação do Cliente

Indica qual a porcentagem de satisfação do Cliente em relação ao número de visitas programadas.

Valor do índice de Satisfação do Cliente

Para o índice de satisfação do cliente, fica compromissado o SLA- Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço), de 90% de Satisfação.

Cálculo do Índice de Satisfação do Cliente

$$IS = \{[(NVM / VM) \times 100\}$$

Onde:

IS = Índice de Satisfação do Cliente

NVM = Número de visitas mensais realizadas

VM = Número de visitas mensais programadas para serem realizadas

Ressarcimento por não cumprimento do índice de satisfação

O valor a ser resarcido por não satisfação do índice será estabelecido de acordo com a tabela de descontos abaixo, aplicada sobre o valor mensal contratado para cada cliente e será concedido uma única vez, no mês subsequente ao da confirmação da ocorrência.

Diferenças %	Descontos %
0 < DC ≤ 2.0	2.0
2.0 < DC ≤ 4.0	6.0
4.0 < DC ≤ 6.0	10.0
6.0 < DC ≤ 10.0	16
DC > 10.0	Dobro do DC (limitado a 100% da mensalidade)

DC = SLA – IS

Onde:

► DC = Desconto Calculado

► SLA = Percentual Compromissado

► IS = Índice de Satisfação do Cliente

Índice de Chamada de Emergência

Indica qual a porcentagem de tempo que a infraestrutura deverá estar disponível em relação ao tempo total de atendimento e resolução do problema.

O tempo denominado Chamada de Emergência é a soma do Tempo de Atendimento mais o Tempo de Resolução do Problema.

Valor do índice de Chamada de Emergência

Para a infra-estrutura de disponibilização de dados on-line, fica compromissado o SLA-Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço), de 90% dos atendimentos relativos a incidentes, concluídos em prazo igual ou inferior a 8 horas.

Cálculo do índice de Chamada de Emergência

$$TA = \{[(TAF - TAi)/ 4] \times 100\}$$

$$TR = \{[(TRF - TRi)/ 4] \times 100\}$$

$$CE = 200 - \{[TA + TR] / 2\}$$

Onde:

- CE = Índice de Chamada de Emergência
- TA = Tempo de Atendimento
- TAi = Tempo de Atendimento Iniciado (Lançar a hora de inicio do atendimento)
- TAF = Tempo de Atendimento Finalizado (Lançar a hora do fim do atendimento)
- TR = Tempo de Resolução
- TRi = Tempo de Resolução Iniciado (Lançar a hora de inicio da resolução)
- TRF = Tempo de Resolução Finalizado (Lançar a hora de fim da resolução)

Ressarcimento por não cumprimento do índice de Chamada de Emergência

O valor a ser resarcido por não satisfação do índice será estabelecido de acordo com a tabela de descontos abaixo, aplicada sobre o valor mensal contratado e será concedido uma única vez, no mês subsequente ao da confirmação da ocorrência.

Diferenças %	Descontos %
0 < DC ≤ 2.0	2.0
2.0 < DC ≤ 4.0	6.0
4.0 < DC ≤ 6.0	10.0
6.0 < DC ≤ 10.0	16
DC > 10.0	Dobro do DC (limitado a 100% da mensalidade)

$$DC = SLA - CE$$

Onde:

- DC = Desconto Calculado
- SLA = Percentual Compromissado
- CE = Índice de Chamada de Emergência

Índice de Manutenção Corretiva no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas

Indica qual a porcentagem de tempo que a infraestrutura deverá estar disponível em relação ao tempo total de atendimento e resolução do problema, após o recebimento da solicitação de serviço.

Valor do índice de Tempo de Manutenção Corretiva

Para a infraestrutura de disponibilização de dados on-line, fica compromissado o SLA-Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço), de 90% para os casos de manutenção corretiva e preventiva no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, após o recebimento da solicitação de serviço

Cálculo do índice de Tempo de Manutenção Corretiva

$$TMCP = \{[(TRF - TAi)/ 24] \times 100\}$$

Onde:

- TMCP = Índice de Tempo de Manutenção Corretiva e Preventiva
- TAi = Tempo de Atendimento Iniciado, após o recebimento da solicitação de serviço (Lançar a hora de inicio do atendimento)
- TRF = Tempo de Resolução Finalizado (Lançar a hora de fim da resolução)

Ressarcimento por não cumprimento do índice de Tempo de Manutenção Corretiva e Preventiva

O valor a ser resarcido por não satisfação do índice será estabelecido de acordo com a tabela de descontos abaixo, aplicada sobre o valor mensal contratado e será concedido uma única vez, no mês subsequente ao da confirmação da ocorrência.

Diferenças %	Descontos %
0 < DC ≤ 2.0	2.0
2.0 < DC ≤ 4.0	6.0
4.0 < DC ≤ 6.0	10.0
6.0 < DC ≤ 10.0	16
DC > 10.0	Dobro do DC (limitado a 100% da mensalidade)

Item 2.11.8. Circuito Fechado de Televisão

Incluir uma Central de Monitoramento 24h com comunicação direta com a segurança e Órgãos da Secretaria de Segurança Pública. Esta Central deverá conter um videowall e, no mínimo, uma sala para 4 (quatro) operadores, um gerente e uma sala de reuniões (sala de administração de crise).

As câmeras deverão filmar todas as áreas de corredores, acessos e áreas de concentração. Sendo que uma câmera sempre deverá estar sendo filmada por outra para impossibilitar vandalismo.

Nas áreas externas deverá ser utilizado câmeras com nível de proteção mínimo IP65.

ANEXO V – Competitividade

Vinculação da empresa selecionada aos objetivos estratégicos

O Edital considera anexos os demais documentos do planejamento feito, mas não obriga a Sociedade de Propósito Específico (SPE) a cumprir os objetivos estratégicos.

Recomendações:

Incluir, no item 8.2.2 do Edital (produto 4):

§ 1º – Não pode ser objeto de alteração a finalidade (“Foco”, “Missão”, “Visão”) do Parque Tecnológico Cidade Digital, conforme o especificado no item 2.4 do Produto 5.9 – Análise de Viabilidade – Conclusão;

§ 2º – A SPE deve comprovar, por meio de métricas apropriadas e apresentadas no momento de submissão da proposta, o cumprimento das metas de captação de empresas e geração de empregos constantes desse mesmo item 2.4 do produto 5.9.

Inovação e competitividade

As características da EG a ser selecionada, conforme descrito no Edital, dão grande ênfase à competência em inovação. No entanto, competência em gerar condições para o aumento da competitividade empresarial não têm o mesmo destaque.

Pelo planejamento, o principal objetivo do Parque Tecnológico Cidade Digital refere-se à geração de pesquisa e inovação e a ações de empreendedorismo bastante focalizadas em incubação de empresas. No entanto, o Parque deve abrigar organizações já estabelecidas, dinâmicas e atuantes no mercado, que, embora não requeiram mais incubação, demandam condições para maior competitividade e geração de capacitação e renda. Isso gerará também condições para que o Parque seja autossuficiente, sem depender continuamente dos sempre escassos recursos orçamentários públicos.

Recomendações

No Produto 5.9 – Análise de Viabilidade

Promover as seguintes alterações (com correspondentes alterações no Produto 5.4 – Análise da Viabilidade Econômico-Financeira e em outros documentos pertinentes):

No item 4.2.1, substituir as premissas

“Para o aluguel, assume-se um crescimento real de 1,5% no valor cobrado dos locatários;

‘Serviços de manutenção, segurança, locação de vagas e gestão de vagas, terão um crescimento real de 1% ao ano;

‘Para o fornecimento de energia elétrica, supõe-se apenas reposição inflacionária.”

por:

“Para o aluguel, assume-se que o valor cobrado não excede os valores praticados pelo mercado, para instalações equivalentes;

‘O reajuste anual não excede a variação do Índice Geral de Preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-FGV) ou outro índice que porventura venha a substituí-lo;

‘Espaços adicionais contratados por organização já instalada no Parque obedecem às condições comerciais anteriormente estabelecidas com essa organização;

‘As organizações já instaladas e em operação no Distrito Federal há pelo menos 2 (dois) anos, a partir da publicação do edital de seleção da EG, terão carência de 6 (seis) meses de aluguel para uma área limitada à área ocupada por elas na data da publicação do edital.’

Refazer os cálculos de viabilidade, considerando essas premissas.

Considerar que a EG selecionada tenha experiência e competência em gestão de empreendimentos que proporcionem, além de condições propícias à pesquisa e inovação, ambiente adequado para que as organizações instaladas no Parque aumentem sua competitividade e condições para atuação no mercado.

Na argumentação estratégica para a escolha da EG (Avaliação da Viabilidade, item 4.2.1), incluir a viabilização da competitividade das organizações instaladas.

Alterar o item 2.4 do Produto 5.9

Análise de Viabilidade – Conclusão, da seguinte forma: Foco:(...);

Articular a formação, a pesquisa, a inovação, o desenvolvimento de produtos e serviços, a transferência de tecnologia para o mercado, o empreendedorismo, a política econômica (do DF), o fomento público;

criar condições para prover maior competitividade à indústria – inclusive a organizações anteriormente existentes no Distrito Federal que venham a se instalar nele;

gerar capacitação e renda e ser autossuficiente (...);

Proporcionar o desenvolvimento econômico e tecnológico do setor de TIC do Distrito Federal;

Assegurar viabilidade técnica e financeira às organizações instaladas no Parque Tecnológico Cidade Digital.

Condições para a competitividade

Não há previsão de cessão de terrenos às organizações, para que elas, em suas considerações estratégicas, optem pela construção de suas instalações e não dependam de aluguel (conforme recomendação feita anteriormente pelo SINFOR/DF).

Recomendações

Considerar, no sistema de comercialização, a possibilidade de cessão de lotes próprios às organizações. Sugere-se, para isso, destinar a área contígua à hoje considerada para essa cessão.

Igualmente, não há plano voltado a pequenas e médias organizações, o que traz um risco de o Parque ser ocupado apenas por grandes empresas, colocando em risco a indústria instalada no DF, fundamentalmente constituída de organizações pequenas e médias, que, sabidamente, são grandes geradoras de emprego e renda e, a exemplo de diversas outras organizações, possuem grande dinamismo tecnológico e de capacitação.

Recomendações

Alterar o item 2.4 do Produto 5.9 – Análise de Viabilidade – Conclusão, da seguinte forma:

Segmentação:

Substituir: ‘Inicialmente, sem segmentação de produtos, serviços, tipos de clientes, regiões geográficas, etc.;

por:

‘Sem segmentação de produtos, serviços, regiões geográficas, etc., favorecendo apenas, dentro dos dispositivos legais, as organizações já instaladas e em operação no Distrito Federal há pelo menos 2 (dois) anos, a partir da publicação do edital de seleção da EG.’

Desenvolver um planejamento voltado à absorção de pequenas e médias organizações pelo Parque, com condições para que mantenham e aumentem sua competitividade e presença no mercado, com qualidade e tecnologia.

No Produto 5.8 – Prospecção de Alianças e Parcerias –, são previstos financiamentos a juros baixos, mas não foi detectada consideração relativa à entrada de capital de risco nos empreendimentos do Parque.

Recomendações

No item 3 do Produto 5.8 – Prospecção de Alianças e Parcerias –, promover a seguinte inserção, a ser tomada como objetivo pela empresa selecionada (pág. 44/65, quinto parágrafo):

‘Financiamento com juros baixos são também elemento importante para aumentar a atratividade do Parque, e podem ser facilitados por parcerias com órgãos como o BNDES. É também fundamental que as organizações instaladas no Parque contem com recursos de capital de risco (venture capital) e, para tornar viável a captação de empréstimos, de fundos de avaliação. A disponibilidade desses fundos deve ser incentivada e buscada pela SPE.’



DIRETORIA PLENA MANDATO 2015/2019

Paulo Ferreira Ribeiro	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Fast Help Informática Ltda EPP
Leonardo Borges Antonioli	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Sea Tecnologia em Informática Ltda - EPP
Djalma Petit	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Centro de Tecnologia de Software de Brasília
Rafael Vilela Garcia de Araujo	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Tarea Consultoria em Gerenciamento Ltda
Vilmondes Gomes da Silva	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	TSQ Tecnologia Sistemas e Qualidade Ltda ME
Fabio de Azevedo Montoro	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Rrox Comunicação de Dados Ltda
Flavio Coimbra Guedes	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Arpia Tecnologia da Informação Ltda
José Renato Riella	Colégio de Diretores para Desenvolvimento e Difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação	NTC - Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda
Artur Milhomem Neto	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Terra Informática e Serviços Ltda.
José Janduy Coutinho Júnior	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Unimix Tecnologia Ltda
Carlos Maass	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	SEAT Sistemas Eletrônicos de Atendimento Ltda
Odimar Araujo Costa dos Reis	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Z Tecnologia em Comunicação Ltda
Inacio de Castro Dias	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Indeletra Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda - EPP
Suzana Sobreira da Silva	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	JME Serviços Integrados e Equipamentos Ltda
Marcelo Braconi Rocha de Oliveira	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Xys - Interatividade e Tecnologia Ltda
Marco Antonio Ribeiro Vianna	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Confidere Informática e Serviços Ltda
Alexander Kurt Hammerschmidt	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Transoft Tecnologia da Informática Ltda
Daniel Carvalho Bordin	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Mirante Informática Ltda ME
Eduardo Telles Palmeira	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	Cyonom Informática e Editoração Eletrônica Ltda - ME
Gustavo Schneider Chagas	Colégio de Diretores para Relações com o Mercado e Busca da Competitividade	STD Sistemas Técnicos Digitais S.A
Ricardo de Figueiredo Caldas	Conselho Representantes FIBRA	Telemikro Telecomunicações Informática e Microeletrônica S/A
Jeovani Ferreira Salomão	Conselho Representantes FIBRA	Memora Processos Inovadores Ltda.
Artur Milhomem Neto	Conselho Representantes FIBRA	Terra Informática e Serviços Ltda.
Dario de Souza Clementino	Conselho Representantes FIBRA	SBTEC - Soluções Brasileiras em Tecnologia e Educação Ltda - ME
Acir Medeiros	Conselho Fiscal	OSX Telecomunicações S/A
Onofra Neusa de Miranda Menezes	Conselho Fiscal	Innov Serviços e Computadores S.A
Antônio Rui Ferreira Moreira	Conselho Fiscal	Centro de Tecnologia de Software Ltda
Dario de Souza Clementino	Conselho Fiscal	SBTEC - Soluções Brasileiras em Tecnologia e Educação Ltda - ME
Paulo Rogério Foina	Conselho Fiscal	SIT - Sistema de Informação e Tecnologia Ltda



SINFOR – Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal – SINFOR-DF

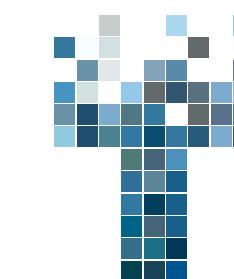
SCN, Quadra 1, Bloco E, Edifício Central Park, 15º andar, sala 1512, CEP 70.711-903
Fones: (61) 3233-1439 (61) 3234-4166

Email: SINFOR@SINFOR.org.br
Site: www.SINFOR.org.br

GO-PTCD

Grupo Organizador do Parque Tecnológico Capital Digital formado dentro do SINFOR-DF

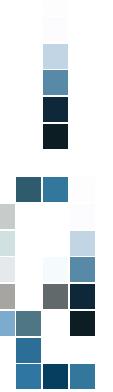
Alex Vieira Pinto	Jairo Fonseca da Silva	Ricardo de Figueiredo Caldas
Alexandre Costa Moreira	Lírias Siqueira Pires	Suely Maria Silva
Artur Milhomem Neto	Marco Antônio Vianna	Wanderval Calaça de Mendonça
Carlos Alberto Freitas	Paulo Rogério Foina	Rodrigo Mizuno
Dario Clementino de Sousa	Renato Riella	Djalma Petit



PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL

LIVRO DO PTCD

Expediente



Coordenação Geral

Sette Graal 2.0



Tríplice Comunicação

Produção de depoimentos
Natália Lopes e Cláudia Santos
www.tripliceconomicação.com.br



Design Gráfico

Divanir Júnior - RP 4536/DF
www.divanirjunior.com



Secretaria

Lúcia Soares e Fagner Andrade

Supervisão Renato Riella

